

Universidade do Grande Rio- UNIGRANRIO
Escola de Ciências Sociais Aplicadas- ECSA Programa
de Pós- Graduação em Administração- PPGA

Dissertação

**Políticas de Fomento para Micro e Pequenas Empresas: o Angola Investe na ótica
dos empresários**

Rio de Janeiro

2016

Lutumba António Sebastião Simão

Políticas de Fomento para Micro e Pequenas Empresas: o Angola Investe na ótica dos empresários

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” UNIGRANRIO como requisito para obtenção do título de mestre em Administração.

Área de concentração:

Gestão organizacional.

Linha de pesquisa:

Organizações, Sociedade e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Ana Lúcia Malheiros Guedes

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

S588p

Simão, Lutumba Antônio Sebastião.

Políticas de fomento para micro e pequenas empresas : a Angola investe na ótica dos empresários / Lutumba Antônio Sebastião Simão. – 2016.

108 f. : il. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, Rio de Janeiro, 2016.

“Orientadora: Profa. Ana Lúcia Malheiros Guedes”.
Bibliografia: f. 92-106.

Lutumba Antonio Sebastião Simão

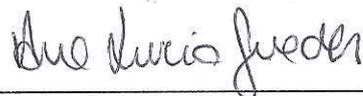
“Política de fomento para micro e pequenas empresas: Impacto do angola investe na ótica dos empresários”

Dissertação apresentada à
Universidade do Grande Rio
“Prof. José de Souza Herdy”,
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do grau
de Mestre em Administração.

Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

Aprovado em 02 de Dezembro de 2016.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Ana Lúcia Malheiros Guedes
Universidade do Grande Rio



Prof. Dr. Sérgio Eduardo de P. V. Wanderley
Universidade do Grande Rio



Prof. Dr. Ana Christina C. Teixeira
IBMEC



Prof. Dr. Francisco Marcelo G. B. do Nascimento
Universidade Federal Fluminense

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e entendimento para fazer a dissertação, aos meus pais, irmãos e amigos. A minha orientadora Ana Guedes pela paciência durante as orientações e pelo conhecimento que me transmitiu para elaborar a dissertação, ao corpo docente da instituição que me recebeu bem e aos meus colegas de turma José, Alex, Daniel, Eduardo, Fábio entre outros.

Resumo

Essa dissertação teve como objetivo o estudo das políticas de fomento para micro e pequenas empresas (MPEs) em Angola, propriamente o “Angola Investe”, que atualmente é o principal programa de fomento as MPEs no país, O órgão responsável pela implementação dessa política é o INAPEM.

O referencial teórico observa aspectos importantes da economia do país, tanto no período colonial como depois da independência. Define as MPEs e a importância das políticas de fomento as MPEs para a economia de Angola, em termos de diversificação econômica e de incentivo a produção nacional e a implicação destas empresas em relação ao desenvolvimento incluyente.

A metodologia utilizada pela pesquisa foi qualitativa de caráter exploratório, porque não houve estudos sobre “Angola Investe” anteriormente na academia. Os sujeitos de pesquisas foram micro e pequenos empresários, de vários setores da economia do país e especialistas que estudam MPEs. A coleta de dados foi de meio de entrevistas e a análise dos mesmo foi através de análise de conteúdo categorial.

Os resultados obtidos pela pesquisa demonstram, que o programa até o momento não foram alcançou as metas estabelecidas, embora que seja prematuro, para estabelecer o sucesso ou insucesso da mesma, pode-se afirmar que há alguns problemas, que condicionam o melhor desempenho na implementação do “Angola Investe”.

A análise conjunta de dados alinhou ao modelo lógico, uma importante ferramenta de análise de políticas públicas. O mesmo modelo demonstrou que a diversificação da economia e o aumento da produção nacional, ainda não são uma realidade, e que as MPEs podem ser elementos chaves para o desenvolvimento incluyente.

A conclusão foi que há problemas inerentes ao próprio programa e do mercado econômico de Angola, que influem negativamente na implementação do programa e sugerimos a necessidade de estudos de modelo de formulação das políticas pelo governo, a necessidade de encontrar uma entidade que fosse responsável pelo financiamento, estudos rotineiros do perfil dos micro e pequenos empresários angolanos e formas de desburocratizar a concessão de alvarás.

Palavras Chaves: Angola, Políticas de fomento, Micro e pequenas empresas, Desenvolvimento.

Resume

The purpose of this dissertation was to study the development policies for micro and small enterprises (SMEs) in Angola, specifically "Angola Investe", which is currently the main program for the promotion of MSEs in the country. The INAPEM.

The theoretical reference points out important aspects of the country's economy, both in the colonial period and after independence. It defines the MPEs and the importance of policies to promote MSEs for the economy of Angola, in terms of economic diversification and incentive to national production and the implication of these companies in relation to inclusive development.

The methodology used was qualitative exploratory character, because there were no studies on "Angola Investe" previously in the academy. The research subjects were micro and small entrepreneurs, from various sectors of the country's economy and specialists studying MSEs. The collection of data was of means of interviews and the analysis of the same was through analysis of categorial content.

The results obtained by the research demonstrate that the program so far has not reached the established goals, although it is premature, to establish the success or failure of the same, it can be affirmed that there are some problems, that condition the best performance in the implementation Of the "Angola Investe".

The joint analysis of data aligned with the logical model, an important tool for public policy analysis. The same model has shown that diversification of the economy and increasing national production are not yet a reality and that MSEs can be key elements for inclusive development.

The conclusion was that there are problems inherent in the program and the economic market in Angola, which have a negative impact on the implementation of the program and we suggest the need for government policy modeling studies, the need to find an entity that is responsible for the financing , Routine studies of the profile of Angolan micro and small entrepreneurs, and ways of debureaucratizing the concession of licenses.

Keywords: Angola, Development policies, Micro and small enterprises, Development.

Lista de Ilustrações

Tabela 1- Crescimento do PIB de Angola de 2006 a 2015-----	13
Tabela 2- Balança de Pagamento de 2010 a 2015-----	15
Tabela 3 – Metas estabelecidas pelo programa “Angola Investe”-----	21
Tabela 4- Total de financiamento do “Angola Investe” até 2015-----	22
Tabela 5 - Cenário das Micro e Pequenas empresas em Angola-----	23
Quadro 1- Resumo das categorias-----	51
Quadro 2- Resumo do perfil dos respondentes-----	55
Quadro 3- Análise conjunta do Angola Investe-----	85

Lista de abreviaturas

ANIP- Agencia Nacional para Investimento Privado

Angop- Angola press.

BAI- Banco Africano de Investimento.

BIC- Banco Internacional do Crédito.

BM- Banco Mundial.

CABGOC- Cabinda Gulf Oil Company.

CEIC –Centro de Estudos e Investigação da Universidade Católica

CNC- Conselho Nacional de Carregadores.

DOA – Diário da República.

EUA- Estados Unidos da América.

FMI- Fundo Monetário Internacional.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.

INAPEM- Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas.

MAPESS- Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

MINFIN- Ministério das Finanças.

MPEs- Micro e pequenas empresas.

RA- Rede Angola.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

OGE- Orçamento Geral do estado.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PIB- Produto Interno Bruto.

PA- Portal Angola.

PNUD- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento.

VOA- Voz da América.

Sumário

Capítulo 1- Introdução

1-Contextualização do tema-----	13
1.1- Economia de Angola-----	13
1.2- A importância das políticas de fomento das MPEs para Angola-----	17
1.4- Pergunta de pesquisa -----	23
1.5- Objetivos-----	23
1.5.1- Objetivo geral-----	23
1.5.2- Objetivos específicos-----	23
1.6- Delimitações da Pesquisa-----	23
1.7- Relevância do Trabalho-----	26
Capítulo 2- Referencial Teórico-----	30
2.1- Economia de Angola-----	30
2.1.1- Economia no período colonial-----	30
2.1.2- Economia no período pós-colonial-----	32
2.2- Políticas de fomento para micro e pequenas empresas-----	35
2.2.1- Definição de MPEs-----	35
2.2.2- Políticas de Fomento para MPEs-----	36
2.2.3- Instituto de apoio e o “Angola Investe”-----	41
2.3- Desenvolvimento Econômico -----	43
2.3.1- Conceitos-----	43

2.3.2- Abordagens-----	45
Capítulo 3- Metodologia-----	50
3.1- Estratégia de Pesquisa-----	50
3.2- Sujeitos da Pesquisa-----	52
3.3- Coleta de Dados-----	54
3.4- Tratamento dos Dados -----	55
3.5- Limitações do Estudo -----	59
Capítulo 4- Descrição e Análise dos Dados-----	61
4.1 - Programa de fomento: Angola investe-----	61
4.1.1 – Importância do Angola Investe para a Economia de Angola----	63
4.1.1.1- Diversificação da economia-----	63
4.1.1.2- Empregos Diretos-----	68
4.1.1.3 - Renda per capita-----	71
4.1.2 - Políticas de Fomento-----	71
4.1.2.1- Financiamento-----	71
4.1.2.2 – Formação-----	75
4.1.2.3 -Incentivo a produção nacional-----	77
4.1.3 - Políticas Regulatórias-----	78
4.1.3.1- Desburocratização-----	78
4.1.3.2- Diminuição da Informalidade-----	79
4.2 – Desenvolvimento Incluyente-----	80

4.2.1 – Auto emprego-----	80
4.2.2 – Auto consumo-----	82
4.2.3 – Trabalho decente-----	82
4.2.4- Lazer -----	83
4.3- Análise conjunta dos dados-----	84
5- Conclusões -----	88
5.2- Sugestões-----	91
Referências Bibliográficas-----	92
Apêndice A- Roteiro de entrevista: especialistas-----	106
Apêndice B- Roteiro de entrevista: empresários-----	107

Capítulo 1-Introdução

1- Contextualização do tema

1.1- Economia de Angola

A economia angolana foi umas das que mais cresceu na década de 2000 a 2010, após o final do conflito armado, principalmente, a partir 2002 com a morte de Jonas Malheiros Savimbi, o líder dos rebeldes (SOUZA et al, 2011). A média de crescimento foi de 11,5% por ano durante esse período, impulsionado pela indústria petrolífera que é responsável por 95% das exportações da Angola e 46% do PIB do país.

Este período dourado da economia de Angola, em termos de crescimento foi interrompido pela crise internacional de 2008, que trouxe à superfície as fragilidades da economia do país, por exemplo, a pouca diversificação da economia e sua dependência excessiva na indústria de petrolífera (ROCHA et al, 2008).

A exploração de petróleo na Angola inicia-se 1962, pela empresa norte americana Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) uma subsidiária da CHEVRON, como está relatado na história do petróleo na Angola. Segundo SONANGOL (2005, S.P), "Em 1962 foi efetuado o primeiro levantamento sísmico do Offshore de Cabinda pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), e em setembro desse ano surgiu a primeira descoberta". A CABGOC opera até hoje é a segunda maior empresa petrolífera a operar em Angola.

Após a descoberta do ouro negro no país, a indústria petrolífera paulatinamente ganhou relevância na economia de Angola superando a agricultura, outros setores industriais e o comércio, que no período colonial eram as principais fontes de receitas do país, sendo assim, nas décadas seguintes a mesma tornou-se o setor que maior contribui para o produto interno bruto (PIB) angolano (VALÉRIO e FONTOURA, 1994).

O quadro a seguir mostra o crescimento do PIB da Angola no período de 2006 a 2015.

Tabela 1- Crescimento do PIB de Angola de 2006 a 2015

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
20,6%	22,6%	13,8%	2,4	3,4%	3,9%	6,8%	4,8%	4,8%	4,9%

Fonte: Banco Mundial, 2015 site. Banco mundial Angola, home <http://www.worldbank.org/pt/country/angola> acessado em 16/10 /2015.

A queda do preço do petróleo bruto no mercado internacional, durante a crise econômica internacional de 2008, levou o governo angolano despertar no sentido de diversificar economia. Observou a necessidade de desenvolver outros setores da economia, para aumentar a produção interna e diversificar as exportações do país, com o fim de diminuir o peso da indústria petrolífera na economia gradativamente (AMBROSIO, 2013).

O plano do governo tornou-se, a redução da dependência do petróleo da economia. O governo angolano identificou nas MPEs como atores importantes, nesse processo de vital importância (MINFIN, 2013).

O governo reconhece que as MPEs também são importantes, para o desenvolvimento local (FISCHER, 2002), sendo determinantes para o desenvolvimento social e redução das assimetrias regionais. Angola é um país marcado por grande assimetria entre o litoral e o interior, havendo grande diferença em termos de desenvolvimento entre essas duas parcelas do território (ROCHA, 2013).

O litoral é mais desenvolvido, enquanto no interior há poucas infraestruturas, sendo o seu desenvolvimento condicionado por esse fator (ROCHA, 2010).

As MPEs também podem ser agentes importantes na promoção do desenvolvimento inclusivo, que atualmente é a principal estratégia do Banco Mundial (BM) em Angola. As atividades visando desenvolvimento inclusivo baseiam-se na “Estratégia de Parceria com o País” (BANCO MUNDIAL, 2016).

Neste âmbito o BM privilegia o interior do país, porque possui elevado potencial agrícola, mas carece de políticas específicas para o desenvolvimento dessa atividade. Organizar os camponeses em MPEs ou criar cooperativas traria excelentes resultados

ao nível econômico e social como afirma Zylbersztajn (1994, p.1): "cooperativas agrícolas podem assumir importantes papel na coordenação agroalimentar em complementação ao Estado".

O desenvolvimento da agricultura no país traria grande alívio, na balança comercial angolana, pois as importações de alimentos têm um peso elevado na mesma. Como mostra a tabela a baixo.

Tabela 2- Balança de pagamento do período de 2010 a 2015

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Balança comercial (% PIB)	41,1	45,2	41,1	33,7	23,6	19
Exportações de bens (% PIB)	61,3	64,6	61,6	55,0	45,8	3,22%
Export. Petróleo e gás (% PIB)	59,6	63,0	60,4	53,9	44,6	96,78
Importações de bens (% PIB)	20,2	19,4	20,6	21,2	22,1	27,81
Termo de troca (%)	19,2	24,1	5,8	-1,7	8,2	9,5
Saldo de conta corrente (% PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-1,5	5,0
Reservas Internac. Brutas (fim do período, milhões USD)	19.697	27.517	32.156	32.231	27.795	24,500
Reserva Internac.brutas (% meses de importação)	5,4	7,2	7,8	7,5	8,6	6
Reservas Internac. Líquidas	18.769	26.323	30.828	31.172	27.276	24,310

Fonte: INE (2016, s.p.).

As importações em 2014 representaram cerca 22,1% do PIB de Angola, como consta na tabela anterior. Os alimentos possuem uma elevada representatividade nesse item.

Dados do segundo trimestre de 2015 do Conselho Nacional dos Carregadores (CNC, 2015,) revelam que:

entre os dez (10) itens mais importados na Angola, sete (7) são alimentos, como: Farinha de trigo, arroz, carnes e miudezas comestíveis, açúcar, óleo de soja, farinha de cereais e óleo de palma (CNC, 2015, p. 12).

Esta situação fez com que o governo angolano, no programa “Angola Investe” priorizasse o setor agrícola.

1.2- A importância das políticas de fomento das MPEs para Angola

Esse trabalho problematiza as políticas de fomento para micro e pequenas empresas (MPEs) em Angola, propriamente o “Angola Investe”. que atualmente é o principal programa de fomento as MPEs no país. O órgão responsável pela implementação dessa política é o INAPEM.

As MPEs são importantes para economia de qualquer país, porque são capazes de criar empregos, distribuir renda e aumentar o portfólio das exportações através de consórcios de exportações (SEBRAE, 2016). Elas também melhoram a capacidade de resposta dos países em tempos de crises internacionais, porque dinamizam a produção interna e diversificam a economia, permitindo assim, que haja várias fontes de divisas para o país (PADUA e BRAGA, 2014).

No Brasil, as micro e pequenas empresas, segundo o SEBRAE (2015) são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto, 53% de empregos com carteira assinada e 40% dos salários pagos e, por exemplo, no setor de serviços geraram 36,3% de riqueza do setor, empregam 43,5% dos trabalhadores e pagam 27% dos salários.

No setor do comércio, geraram 53,4% de riqueza, empregam 69,5% do pessoal e

pagam 49,7% dos salários, enquanto no setor das indústrias geraram 22,5 % de riqueza, empregam 42% do pessoal e pagaram 25,7% dos salários (SEBRAE, 2015).

No atual momento da crescente desvalorização do real, a crise não é mais acentuada devido à estrutura sólida da produção interna do Brasil, e as micro e pequenas empresas respondem por muito dessa produção, geração de empregos diretos e prestação de serviços (SEBRAE, 2015).

O INAPEM em Angola equivale ao SEBRAE, é responsável pela formulação e implementação das políticas de fomento as micro e pequenas empresas (ANIP, 2012).

As MPEs além de serem importantes para reduzirem as importações, elas também podem desempenhar um papel fundamental, para alavancarem outras potencialidades do país. Por exemplo, contribuir para desenvolver a agricultura, a pesca, a pecuária, a indústria extrativa. Sendo assim, seriam importantes para melhoria da qualidade de vida da população aumentando a geração de empregos e renda, contribuindo para diminuição da desigualdade social que o país apresenta.

A desigualdade social é muito presente na sociedade angolana, como destaca (ROCHA et al, 2013), a desigualdade social é um fenômeno que tem preocupado as autoridades angolanas, apesar do crescimento econômico acelerado dos últimos anos, baseado na exportação do petróleo bruto. Há que se destacar que o setor petrolífero, embora fundamental para economia angolana, emprega menos 5% da força produtiva do país. Portanto, os altos salários que a indústria petrolífera beneficia a minoria da população (MALIK et al, 2014).

É importante realçar que o salário mínimo em Angola varia de \$100 dólares a \$150 dólares americanos dependendo do setor de atividade, segundo o Diário da República (2014). Um valor irrisório para um país que possui a cidade mais cara do Mundo, Luanda, de acordo com a Voz da América (2015).

No mercado Angola a informalidade predomina, as taxas de desemprego urbano são elevadas de 46%, chegando a 48% em Luanda, segundo o Portal Angola (2015). No país a taxa de desemprego situa-se em 24%, segundo a agência de notícias Angola

Press (ANGOP, 2016).

Neste cenário as MPEs são observadas, como fatores importantes na criação de emprego e renda, e conseqüentemente importantes no combate à pobreza. Segundo (ROCHA et al, 2012).

Esses fatores influenciam para que um terço da população angolana vivencie a extrema pobreza. Segundo dados da UNCTAD (2013, p. 10) "a população pobre foi estimada em 66% enquanto 26% da população viviam em condições de extrema pobreza em 2007". Esses dados revelam, a grande necessidade de estabelecer políticas públicas de combate à pobreza e o "Angola Investe" se enquadra nelas.

A diversificação da economia através do "Angola Investe", faz parte dessas das metas estabelecidas pelo governo, a sua implementação com sucesso é indispensável, porque a economia angolana ressenete-se muito, das oscilações do preço do petróleo bruto no mercado internacional.

A exploração dos recursos naturais é a base da economia da Angola. Como constata o UNCTAD (2013, p. 3) "A natureza da economia de Angolana, baseada essencialmente na exploração de recursos naturais, tem determinado a dinâmica econômica e política do país", a exploração desses recursos não tem sido capaz de reduzir a pobreza no país. Assim podemos considerar que a economia da Angola é refém da indústria petrolífera, que é responsável por 75% das receitas fiscais e cerca de 45% do PIB do país, segundo a UNCTAD (2013).

A economia quase que totalmente dependente da indústria petrolífera e a elevada desigualdade social são razões, que levaram o governo angolano, a procurar alternativas; uma delas seria a diversificação da economia através do "Angola Investe" (ROCHA, 2013).

Para diversificar a economia através das MPEs, e as mesmas se desenvolvessem num ambiente favorável, o governo angolano criou diversas políticas de fomento para as mesmas, através da "lei n° 30/11, Diário da Republica n° 176, 1ª série de 13 Setembro de 2011" da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP, 2012,

s.p).

A política é um termo de origem grega, que possui várias definições, mas nesse trabalho definimos como "a ciência moral normativa do governo da sociedade civil" (LIMA,1956, p. 14). Pode se afirmar que a política é um instrumento importante de intervenção do governo na sociedade, através dela protege e defende os interesses das populações.

No âmbito das suas competências o governo angolano adota várias políticas, tais como: política econômica, política de saúde, políticas de investimentos privados, entre outros. Neste projeto a abordagem adotada esta focada nas políticas de fomento para micro e pequenas empresas (ROCHA et al, 2008).

O governo angolano criou as políticas de fomento para as MPEs, assumindo que há necessidade de diversificação da economia angolana. Pois há grande dependência da economia do país na exportação do petróleo bruto, há um longo período de tempo. Como mencionado por Ferreira "em 1992, 1996, 2000, 2003 o petróleo contribuiu, respectivamente, 93 por cento, 91 por cento, 89 por cento e 91 por cento para o total de exportações" (FERREIRA, 2005, p.77).

Ferreira (2005) relata, que a dependência da economia da indústria petróleo é uma realidade antiga, que a registrou relativa queda, mas ainda insignificante para o desenvolvimento econômico de maneira sustentável. Além disso, há necessidade de criação de mais empregos formais, tendo em vista o combate à pobreza e a desigualdade social (ROCHA et al, 2012).

A aposta em políticas de fomento para as MPEs advém também da aceitação, que o atual modelo de desenvolvimento da Angola fracassou. A organização do sistema produtivo, financeiro e institucional influi negativamente na economia da Angola (ROCHA, 2004).

O modelo econômico da Angola foi construído em uma ocasião atípica de conflito no país e carece de reformas profundas (ROCHA, 2004). Em condições de guerra talvez o modelo econômico fosse adequado, mas nas circunstâncias atuais de

paz, o modelo de desenvolvimento da Angola denominado de "modelo enclavista" necessita ser revisto (ROCHA, 2004).

Atualmente a principal política de fomento as MPEs é o programa “Angola investe”, Esse programa nacional de fomento as MPEs tem enfoque em 11 áreas principais: a) acesso ao financiamento, b) qualificação de recursos humanos, c) diminuir a burocracia, d) incentivar a produção nacional, e) diminuir a economia informal, f) diversificação da economia, g) aumento da renda per capita e h) criação de emprego. (ANIP, 2012).

O Angola Investe sucede os seguintes programas de fomento das micro e pequenas empresas: Programa de Fomento de Auto-Emprego de 1996, focado nas comunidades locais, criação de incubadoras de empresas especializadas em micro e pequenas empresas em 2010 (MAPPESS, 2013, p. 7), Programa Microcrédito Amigo (JORNAL DE ANGOLA, 2012), Programa dos Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego – CLESE’s através do decreto executivo 284/13 (DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA, 2013, p. 2414), e o Programa de Empreendedorismo na Comunidade de 2012 (ANGOP, 2014).

Os setores prioritários para o programa “Angola Investe” são: o setor primário (agricultura, pecuária e pesca, indústria extrativa), setor secundário (indústria transformadora), setor terciário (serviços de apoio ao setor de produção) (FULCOVER, 2013)

Tabela 3- Metas estabelecidos pelo programa “Angola Investe”

Metas
Diversificação da economia
Empregos diretos e indiretos
Aumento da renda
Acesso Financiamento
Formação dos micro e pequenos empresários
Incentivo a produção nacional
Desburocratização
Diminuição da informalidade

fonte:Elaborado pelo autor

Na pesquisa analisou-se o que se alcançou, em relação as metas estabelecidas pelo programa. O programa “Angola Investe” de 2012 até Julho de 2016, aprovou cerca 419 projetos disponibilizando cerca de 760 milhões de dólares americanos, dos quais 176 projetos eram do setor industrial, 148 no setor agrícola e na terceira posição o setor de serviços com 55 projetos (PA, 2015).

Tabela 4- Total de financiamento do “Angola Investe” até 2015

Ano	Numero de Projetos
2012	44
2013	187
2014	204
2015	419
Total de financiamento	761 milhões

Fonte: Portal Angola (2016, sp).

Podemos concluir que através dos dados apresentados na tabela a seguir, que as MPEs em Angola, que as empresas deste porte carecem de meio de financiamentos e a burocracia influenciava negativamente na legalização dessas empresas (PNUD, 2015).

Tabela 5 - Cenário das micro e pequenas empresas em Angola no de 2014

Numero Total de habitantes	24.000.000
Numero de agregados familiares	4.500.000
Numero de agregados familiares com microempresas rendíveis no setor paralelo	800.000
Numero de empresas registradas	116.894
Numero total de empresas	884.000
Numero total de empresas que procura financiamentos	602000
Clientes potenciais que vivem na cobertura geográfica potencial	1.200.000
Clientes não ativos- Total de clientes potenciais	400.340
Empréstimo médio	US\$ 7000
Carteira de ativos potenciais total	US\$140.496.000

Fonte: PNUD(2015 p 20).

O programa “Angola Investe” teoricamente veio para cobrir essas lacunas, tanto ao nível de financiamento como na desburocratização.

Esta dissertação está estruturado em 5 partes. No capítulo 1 de introdução, além desta contextualizado, apresento a pergunta de pesquisa, objetivos, delimitação e relevância do tema. No capítulo 2 consta o referencial teórico focado nos seguintes itens: Economia de Angola, políticas de fomento as micro e pequenas empresas, conceito de desenvolvimento econômico e critério de análise. No capítulo 3 apresento a metodologia adotada para a realização desta pesquisa seguindo uma abordagem qualitativa é composto por seguintes subtítulos: estratégia da pesquisa, sujeito de pesquisa, coleta de dados, análise dados e limitações da pesquisa. No capítulo 4 são esboçados os resultados, por exemplo, o fraco impacto do “Angola Investe”. E no capítulo 5 apresento as conclusões.

1.4- Pergunta de Pesquisa

A pergunta de pesquisa que norteia este estudo pode ser apresentada como segue:

Qual é a importância do programa Angola Investe para o fomento de MPEs?

1.5- Objetivos

1.5.1- Objetivo geral

O objetivo deste estudo é investigar a importância do programa Angola Investe para o fomento de MPEs.

1.5.2- Objetivos específicos

Com propósito de alcançar o objetivo acima, definimos como objetivos específicos.

- Estabelecer a relação entre o Angola Investe e o desenvolvimento da economia de Angola (diversificação, emprego e renda).
- Descrever e analisar as políticas do governo e a relação as MPEs e o impacto

social das MPEs para o desenvolvimento incluyente.

Através destes objetivos específicos pretendemos responder a pergunta de pesquisa.

1.6- Delimitação

Esse trabalho visa estudar as políticas de fomento das MPEs em Angola, particularmente o Angola Investe, com o propósito de verificar os efeitos da implementação deste programa de fomento e, entender a importância dessa política na ótica dos micro e pequenos empresários.

Sendo meu país de origem despertou-me o interesse em realizar essa pesquisa, porque o governo angolano observa as MPEs, como atores importantes no processo do desenvolvimento econômico do país.

As MPEs são empresas que geralmente são constituídas por capital próprio (GAROFI, 2009). Muitas vezes essas empresas são familiares e possuem alguns parâmetros para defini-las. Em Angola são considerados micro empresas, aquelas que possuem até 10 funcionários e faturamento de até 250.000 USD, enquanto pequenas empresas são aquelas que possuem de 11 a 100 funcionários e faturamento de 251.000 até 3 milhões de USD (DOA, 2012).

As MPEs são mundialmente definidas por critérios, como faturamento e número de empregados, elas são importantes tanto para economias desenvolvidas, como para as subdesenvolvidas (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013).

A pesquisa foi efetuada especificamente em província de Luanda, o maior centro econômico do país que representa 75% do PIB de Angola, segundo dados do Malik et al (2013).

Foram analisados dados das MPEs entre os anos de 2012 a 2015, período em que as MPEs ganharam destaque, na estratégia do governo de diversificação da economia. Principalmente com a aprovação do programa Angola Investe em 2011 e o

Programa de Apoio ao Pequeno Negócio. Segundo o portal de notícias ANGONOTÍCIAS:

O Angola Investe é um programa do Executivo angolano aprovado em 2011 que tem por finalidade apoiar as iniciativas de negócio das micro, pequenas e médias empresas e Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN)” (ANGONOTÍCIAS, 2014, s.p).

Em conjunto, esses dois programas são as principais referências, para a execução das políticas de fomento das micro e pequenas empresas em Angola.

Houve outras iniciativas do governo em termos de políticas para MPEs, como: Programa de Fomento de Auto-Emprego de 1996, focado nas comunidades locais, criação de incubadoras de empresas especializadas em micro e pequenas empresas em 2010 (MAPPESS, 2013), Programa Microcrédito Amigo (JORNAL DE ANGOLA, 2012), Programa dos Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego – CLESE´s através do decreto executivo 284/13 (DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA, 2013, p. 2414), Programa de Empreendedorismo na Comunidade de 2012 (ANGOP, 2014) e atualmente é o “Angola investe” (INAPEM, 2011).

Como podemos observar, houve alguns programas orientados as MPEs que fracassaram, Mendes (2012) relata que:

A implementação do Programa permitiria aumentar as possibilidades de participação do empresariado nacional como elemento insubstituível no crescimento e desenvolvimento da economia angolana. Neste contexto, o Estado assume um papel regulador, apoiando, incentivando e selecionando as micro e PMEs, No entanto, nem a política de apoio às PMEs nem os programas previstos para a assistência e o desenvolvimento das mesmas tiveram êxito.(MENDES, 2012, p.24).

Os fracassos anteriores fizeram o governo aprovar uma lei específica, para as MPEs a lei nº 30/11, Diário da Republica nº 176. O “Angola Investe” tem como base essa lei, como foi citado na introdução.

Em relação ao “Angola Investe” há receio, por parte do governo quanto ao

sucesso dessa política, por exemplo, em declarações ao Jornal O País. O ministro da economia Abrahão Gourgel demonstrou a sua inquietação, dizendo que (O PAÍS, 2015, s.p) “que os resultados ‘palpáveis’ do processo de diversificação econômica ainda estão aquém dos objetivos esperados pelo Executivo”. Essa pesquisa problematizou o “Angola Investe” e a sua importância no fomento das MPEs.

Essa pesquisa não estudou as MPEs em relação à inovação como Catessamo (2014), porque compreendemos que o processo de inovação dessas empresas, só será possível se estas forem sustentadas, por boas políticas de fomento.

Também não será investigado no sentido da importância das informações financeiras, para tomada de decisão, como Alves (2013). Embora sejam importantes as informações financeiras na gestão das MPEs, entendo que é mais importante, a capacidade de compreensão dessas informações, por parte dos empresários. Sendo assim, a formação dos micro e pequenos empresários faz parte do “Angola Investe”.

No entanto, este projeto se aproxima da pesquisa de Silva (2000), mas não nos conformamos somente em refletir sobre medidas capazes de facilitar o desenvolvimento MPEs em Angola. Porque compreendemos que políticas de fomento são mais eficazes e legítimas para o desenvolvimento destas empresas em Angola.

As práticas de análise de investimento da MPEs (ver SANTOS, 2015) são importantes, para orientar os micro e pequenos empresários a evitarem erros de investimentos e, podem fazer parte das políticas de fomento. Mas esta pesquisa foca na descrição do Angola Investe, para entender importância desse programa para as MPEs.

Essa pesquisa não se prende ao papel do INAPEM no fomento do empreendedorismo (ver QUILAÇA, 2014), mas entendemos o INAPEM como a principal instituição de implementação das políticas de fomento das MPEs em Angola.

Ao delimitarmos o fenômeno estudado nos parágrafos anteriores, é importante esclarecer que contribuição dessa pesquisa será predominantemente empírica, reflexo da pesquisa de campo junto aos especialistas em MPEs e micro e pequenos empresários.

1.7- Relevância

A escolha desse tema deve-se a relevância fomento das micro e pequenas empresas para a economia de Angola, no sentido da diversificação da economia e aumento da produção interna e diminuir-se a dependência da indústria petrolífera. Por exemplo, em 2015 a economia do país estava abalada, pela variação negativa do preço do petróleo no mercado internacional, como consta no relatório trimestral do Banco Internacional de Crédito (BIC, 2015):

O orçamento retificativo para 2015 vai rever fortemente em baixa o preço inicialmente previsto de 81 USD/barril, e deverá conter medidas de redução da despesa que permitam que o déficit orçamental não exceda o valor inicial previsto para 2015 (7,6% do PIB).(BIC, 2015, p.2).

Devido a essa oscilação negativa do petróleo bruto no mercado internacional, houve a necessidade de retificação do Orçamento Geral da República (OGE), no ano de 2015, para ajustá-lo ao cenário desfavorável que país enfrentava. O governo teve que fazer cortes nas despesas, aumentar os preços dos combustíveis e aumentar impostos (OBSERVADOR, 2015).

O processo de diversificação da economia da Angola depende em grande parte, da efetividade dessa política de fomento. Mas o histórico não é favorável ao governo na formulação e implementação deste tipo de políticas, várias políticas de fomento para as MPEs não obtiveram o sucesso desejado (SILVA, 2000).

Por exemplo, Em 1994 o governo angolano implementou programas de promoção de emprego, o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança social (MAPESS) foi o órgão responsável, para desenvolver e implementar esses programas, nomeadamente: Iniciativas locais de emprego e apoio a criação das pequenas empresas familiares (ACPEF). Segundo consta no documento do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança social (MAPESS, 2013):

A orientação contida neste Diploma, é que o Governo deveria assegurar aos interessados determinado tipo de incentivos, de ordem financeira e técnica (créditos bonificados, empréstimos, apoios técnicos, etc.) a partida, para que os mesmos pudessem montar o seu próprio negócio. (MAPESS, 2013, p.2)

Sendo assim a criação de micro e pequenos negócios teriam o amparo do governo em termos financeiros e técnicos, mesmo assim o programa não teve êxito, devido a dois fatores segundo o próprio governo, como consta no relatório do MAPESS (2013, p.4) “o profundo grau de destruição em que o país se encontrava a nível das infraestruturas e do tecido Empresarial e as limitações do Sector Financeiro e Bancário”. Nesse período o país estava mergulhado num conflito armado As infraestruturas foram destruídas pela guerra, e a capacidade de financiamento do Estado foi condicionada pelo forte investimento que a guerra exigia (PUREZA et al, 2007).

Desta forma, a pesquisa será importante para o governo angolano analisar o Angola Invested as MPEs. Para observar os acertos e as falhas, e em relação aos micro e pequenos empresários a contribuição virá, no sentido que a mesma atenda as reais necessidades dos empresários. Por exemplo, o acesso ao crédito com garantias, que vão de acordo a capacidade financeira destes.

O “Angola Investe” prometeu reduzir a excessiva dependência da economia de Angola, na indústria petrolífera.. As MPEs são consideradas como elementos essenciais nas mudanças que o país pretende em termos económicos (ROCHA, 2013).

As MPEs, por exemplo, podem exercer influência significativa no desenvolvimento da agricultura de Angola, porque o país possui grandes potencialidades para esse setor. Historicamente esse setor já foi o principal da economia e, é um ramo estratégico para o desenvolvimento económico. (PAUTASSO, 2010).

Observa-se uma forte desigualdade social e concentração riqueza em Angola, as MPEs serão importantes para mudar esse panorama do país. Por que podem ser meios importantes para distribuição da renda, sendo assim, instrumentos para aumentar a prosperidade das famílias angolanas (MALIK et al, 2013).

Há necessidade que o modelo de desenvolvimento de Angola se reflita positivamente no seu IDH, para que a maior parte da sociedade angolana possa desfrutar de um emprego digno, habitação condigna e possa acessar o serviço público em qualquer localidade do país, sendo assim, um país caracterizado pelo desenvolvimento incluyente (SACHS, 2008).

Principalmente pelos riscos que o desenvolvimento econômico de Angola enfrenta atualmente, devido queda do petróleo e a fraqueza de outros setores da economia de Angola, tais como: agricultura, pesca, pecuária, serviço e comércio. Setores que o Angola investe pretende fomentar através de financiamento, benefícios fiscais e redução da burocracia (ROCHA, 2014).

Pelo papel que as MPEs podem desempenhar no desenvolvimento econômico e social de Angola, a criação da lei nº 30/11 especificamente para estabelecer bases sólidas para o crescimento das MPEs, e as inquietações que se observa nos tecnocratas responsáveis pela implementação do Angola Investe. Ao constatar que o Angola Investe ainda não foi alvo de estudo na academia em Angola, é importante pesquisar quais são as implicações deste programa na visão dos micro e pequenos empresários e especialistas.

Capítulo 2- Referencial Teórico

O referencial teórico faz revisão dos principais pontos que sustentam a pesquisa como: a economia da Angola, políticas de fomento para as micro e pequenas empresas e conceitos de desenvolvimento.

2.1- Economia de Angola

2.1.1- Economia no período colonial

Angola é um país que faz parte da África Austral, com uma superfície de 1.247.000 km², território rico em recursos naturais, 24 milhões de habitantes e um PIB de 138 bilhões de dólares americanos, sua capital é Luanda, por sinal a província onde acontecerá a pesquisa.

A economia angolana tem relação forte com a economia portuguesa, pois a Angola foi uma colônia portuguesa, umas das principais províncias de Portugal no período colonial, em termos de geração de riquezas.

Os portugueses chegaram à Angola no reinado de Dom João II, através Diogo Cão navegador. Atracou na foz do rio Zaire em 1484 numa tentativa de chegar à Índia falhada, a partir daí se estabelecem as primeiras relações com o reino do Congo. Angola tornou-se independente, somente em 11 de Novembro de 1975, nesses quase 500 anos de colonização foram os portugueses que estabeleceram as bases da economia da Angola (VALÈRIO e FONTOURA, 1994). Naquele contexto a economia da Angola era primitiva, carecendo de certa abertura do governo central em Portugal.

A conferência de Berlim entre 1885 foi importante, para as mudanças econômicas na Angola, principalmente, pela definição de território maior, antes da conferência se limitava a região costeira de Zaire a Namibe. Como relatam os autores Valério e Fontoura (1994):

A exploração económica do território angolano foi impulsionada pelos acontecimentos políticos externos, em particular a partilha de África entre as potências europeias. Após a Conferência de Berlim (1885), seguiu-se um renovado interesse pela exploração e «pacificação» do interior, enquanto a

antiga classe «mercantil» procurava criar novos pólos de interesse económico após a perda do tráfico de escravos.(VALÉRIO e FONTOURA, 1994, p. 1194).

O aumento da extensão do território nacional foi um fator importante, para estabelecer a assimetria regional existente hoje, segundo Freudenthal (2001). O fim da escravatura também foi um fator importante, para as mudanças econômicas que aconteceram na Angola, os portugueses foram obrigados a procurar outras formas de geração de renda. Por causa da ruptura que houve na economia portuguesa causada pelo contexto global.

Valério e Fontoura (1994, p,1194) declaram que “a abolição do tráfico de escravos (legislada em 1837, mas só efectivada na década de 1850) rompeu o principal elo comercial entre a colônia e a economia internacional”, houve a necessidade dos portugueses reestruturarem a sua economia e isso afetou todas as colônias.

Durante esse período, houve conflito entre o Brasil e Portugal, em relação ao controle político da colônia, a ideia de associar Angola ao Brasil foi bem vista por muitos naquela altura, porque Angola foi o país que mais levou escravos para o Brasil. Esse aspecto ligava o Brasil fortemente com a então colônia portuguesa, mas nessa disputa a ala pró Portugal venceu. Os autores Valério e Fontoura relatam “a ideia de Angola continuar associada ao próspero Brasil teve muitos adeptos. A facção pró-portuguesa ganhou” (1994, p. 1196).

O que sucedeu depois da ruptura econômica, os autores Valério e Fontoura (1994) chamam de “segundo período colonial”, começa com a construção da nova economia de Angola, baseada principalmente na agricultura. O responsável dessa nova economia foi Norton de Matos, implementou importantes reformas, que impulsionaram a economia da Angola. No período de 1921 a 1924, que segundo os autores Valério e Fontoura (1994, p. 1194) denominam de “economia de exportação tropical”. Apesar de todas as pressões contrárias a essas reformas foram executadas (VALÉRIO e FONTOURA, 1994).

Antes do período de 1921 e 1924, descrevem Valério e Fontoura (1994, p. 1197)

“Angola era um dos maiores importadores de borracha a nível mundial, mais tarde superado pela Singapura, Ceilão e Taiping”. As reformas de Norton de Matos potenciaram a agricultura e a indústria de Angola, recuperando a sua economia exportadora na década de 1940 (VALÉRIO e FONTOURA, 1994).

Apesar dos esforços dos governadores da Angola colonial, em dinamizar a economia, esses esforços esbarravam nas limitações impostas a partir de Lisboa, segundo Gonçalves (2010). Segundo Valério e Fontoura:

As colônias portuguesas foram designadas pela metrópole, como fornecedoras de primas. Mas depois da crise de 1929 a 1933 e o aumento de preços das commodities, no mercado internacional houve a reativação da economia de Angola” (VALÉRIO e FONTOURA, 1994, p.1198).

Mesmo assim, esse período foi importante para impulsionar a produção do café, tornando-se o principal produto de exportação da Angola, na década 1940, só superado pelo petróleo nos anos 1970. Como nos contam Valério e Fontoura (1994, p. 1198) “A produção mais beneficiada foi o café, que veio a constituir a principal exportação entre 1946 e 1972, altura em que foi substituído pelo petróleo”. Angola chegou a estar entre os cinco (5) maiores exportadores de café.

A economia da Angola baseou-se em plantações e minas até na década de 60, Na década de 60 dá-se o início da industrialização da economia do país. Como Valério e Fontoura (1994, p. 1201) descrevem “O início da década de 60 trouxe importantes transformações à economia angolana. Até meados da década de 70, Angola percorrerá as vicissitudes da primeira experiência significativa de industrialização”, esse processo de industrialização é responsável pelo primeiro “período de ouro de Angola”.

2.1.2- Economia no período pós-colonial

Esse período de prosperidade que foi interrompido pelo processo de independência, o conflito armado que país teve logo após a independência. Principalmente pela saída precipitadas dos descendentes dos portugueses, predominantemente mão-de-obra qualificada. Segundo Sogge (2009):

A partida dos portugueses na Angola, resultou no colapso “quase completo” do

comércio e da indústria angolana, os portugueses eram naquela altura praticamente a única mão de obra qualificada, existente no país (SOGGE, 2009, p. 56).

Observar Angola foi vítima da guerra fria é importante, havia muitos interesses internacionais, influenciando negativamente e patrocinando a guerra, isso refletiu negativamente na economia, principalmente na agricultura do país porque os campos foram minados (FRANCISCO, 2013).

Angola que era um país autossuficiente, em termos de alimentos por causa da agricultura forte, segundo Pain (2007), deparou-se com a necessidade de importar comida e outros itens básicos. Com tempo começou a acentuar a desigualdade entre os grandes centros urbanos e as áreas rurais, por causa da emigração para os grandes centros do país e a agricultura tornou-se cada vez mais deficiente, segundo Lopes, Rodrigues e Simas (2013).

Esta circunstancia levou a capital do país, Luanda, a concentrar 75% do PIB do país (MALIK et al, 2013), os 25% restantes são distribuídos para as restantes 17 províncias. A guerra e a emigração para a cidade foi um duro golpe a “economia sofisticada agrário-comercial” como declara Sogge (2009). Essa desestruturação da economia agrário-comercial levou a emergir o modelo econômico que temos atualmente (ROCHA, 2004), baseado na exploração dos recursos naturais respectivamente o petróleo e o diamante (MALIK et al, 2013). A exploração do petróleo tem importância mais significativa na economia da Angola.

Segundo o relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (MALIK et al, 2014), a indústria petrolífera é responsável por 46% do PIB, 80% das receitas fiscais do Estado e 95 % das exportações do país. Isto demonstra o peso da indústria petrolífera na economia de Angola. Como o autor Mendes (2014, p. 14) relata "A sua economia apresentou valores de crescimento de 15% ao ano desde 2004, um crescimento impulsionado em grande parte pelo sector petrolífero".

Isso pode ser considerado como reflexo da gestão do Terceiro Mundo (COOKE, 2004), no contexto internacional Angola é observado como um fornecedor de matéria

prima, principalmente de petróleo bruto, que entre os anos 2002 a 2008 foi fundamental para o crescimento expressivo que o país teve, registrando nesse período um crescimento em média de 15,04% ao ano, um dos índices mais altos ao nível mundial (MENDES, 2014).

Os autores Rocha et al (2014,) relatam que:

Os países que dependem da indústria petrolífera têm promovido e facilitado uma acumulação de riqueza concentrada numa pequena elite ligada ao poder político pela via do conhecido *rent-seeking* (ROCHA et al, 2014),

isto demonstra, que os países que a sua economia depende da indústria petrolífera tendem a evoluir para uma desigualdade social, isto se observa claramente em Angola (ROCHA, 2004).

Na estrutura econômica, o setor petrolífero angolano reflete uma realidade isolada, com investimentos altos (geralmente estrangeiro), salários altos, produtividade elevada (MALIK et al, 2013). Contrastando com os outros setores da economia, como demonstram os autores de Mailk et al (2013):

Angola apresenta uma estrutura económica organizada de acordo com um padrão acentuadamente dualista. De um lado, o sector petrolífero caracterizado por taxas de investimento elevadas e pela presença dominante do capital estrangeiro, por níveis de produtividade e de remuneração igualmente elevados e funcionando com uma lógica de enclave em relação ao resto da economia. No lado oposto, uma economia baseada num aparelho produtivo precário, em que a fraqueza do sector agrícola e a insuficiência do sector industrial surgem associadas a um sector terciário no qual a atividade comercial é predominante e a um forte sector informal.(MALIK et al, 2013, p. 9).

Sendo assim, desde 2014 com a queda acentuada do preço do barril de petróleo nos mercado internacional, a economia angolana está em crise e a desigualdade social está mais evidente (ROCHA, 2015).

É importante também realçar que a economia angolana, tem sofrido com os vícios da economia centralizada, que antecedeu a economia de mercado atual. Isto condiciona a competição que dinamiza a economia de mercado, também torna economia

fechada e ineficiente (FILHO e CHIMBULO, 2014).

Neste contexto, a economia da Angola vai ter que lidar com as consequências negativas, da dependência excessiva do petróleo no período pós-independência, e procurar meios para resgatar o peso que a agricultura teve na economia, no período colonial, e desenvolver a indústria não petrolífera para aumentar a produção nacional (PAUTASSO, 2010).

O governo angolano acredita no papel preponderante, que as MPEs podem exercer nesse processo, contribuindo para a diversificação dessa economia de fator de produção como a nossa (PORTER, 1998), para isso tem formulado e implementado políticas que favorecem esses tipos de empresas como o “Angola Investe”.

O desenvolvimento econômico de Angola apresenta várias lacunas, por causa das debilidades em termos de infraestruturas, educação, saúde, burocracia e principalmente a dependência na indústria petrolífera (ROCHA, 2014).

Através da revisão bibliográfica, observamos que a dependência econômica da Angola no petróleo requer fomento, em outros setores e tipos de empresas, tais como MPEs, que poderão ser fundamentais neste processo de diversificação da economia e no aumento da produção nacional.

A seguir apresentamos conceitos importantes para formulação e implementação de políticas, para o fomento das MPEs. Observando que elas são importantes para o desenvolvimento econômico de qualquer sociedade.

2.2- Políticas de fomento para micro e pequenas empresas

2.2.1- Definição de Micro e Pequenas Empresas

A definição das MPEs esta relacionado geralmente á “variáveis como mão de obra empregada, capital investido, faturamento e quantidade produzida” (PEREIRA et al, 2009, p. 53). Na designação legal para definir MPEs em Angola se observam claramente essas variáveis, como poderão observar no capítulo de resultados.

O primeiro país a ter uma definição sobre este tipo de empresa foi o Estados

Unidos de América (EUA). No período da grande depressão na década de Trinta (30), isto demonstra a importância dessas empresas para a economia de um país (LIMA, 2001).

Segundo Filion (1991), é importante definir as MPEs, porque as definições servem de suporte para a formulação de políticas de fomento para elas, em Angola esse processo decorreu com maior profundidade somente em 2011, com a aprovação da lei das MPEs.

As políticas podem variar em diferentes regiões do mesmo país, priorizando as potencialidades e o momento econômico dessas localidades (LIMA, 2001). É neste momento que podemos destacar as MPEs como fatores para o desenvolvimento local, que é um modelo importante de desenvolvimento porque atende as necessidades de cada localidade (SANTOS e RODRIGUEZ-GARAVITO, 2006).

Pela sua importância na economia dos países, particularmente como diz Grapeggia (2011):

Aumento de recursos, promoção da inclusão social, possibilidade de desconcentração da renda, ampliação das oportunidades aos setores pouco intensivos de capital e tecnologia e intensivos em mão de obra, insumos e matérias-primas locais, A formação de empreendedores, executivos e lideranças empresariais e sociais. (GRAPEGGIA et al 2011, p. 446).

As MPEs podem atuar como: comércio, serviços e indústrias, essas particularidades torna importante estudá-las e formular e implementar política pública que as fomenta.

2.2.2- Políticas de Fomento para as Micro e Pequenas Empresas

Segundo Lima (2001) o processo de financiamento desse tipo de empresa é complexo:

O financiamento e o apoio às microempresas e às PME é uma questão complicada e difícil que, ainda hoje, interessa aos governos. Este é o caso do Brasil, onde o governo é embalado atualmente por uma grande onda de valorização destas empresas (LIMA, 2001, p. 423).

Por isso, há necessidade de promover uma pública especialmente para as MPEs. As políticas públicas são instrumentos importantes do governo para a condução da sociedade (LIMA, 1956), elas servem para o governo orientar a sociedade, a atingir os seus objetivos, e podem ser formuladas diversas políticas tais como: econômica, da educação, de saúde, entre outras (PESE e SANTOS, 2011).

Segundo Labra:

As políticas públicas buscam incessantemente por um compromisso moralmente neutro entre forças contrapostas, ou mesmo a imposição desse compromisso acima dos grupos competidores por um corpo soberano (LABRA, 1990, p. 9).

Segundo Gome, Alves e Fernandes (2013):

A política pública traz a expectativa de uma ação governamental contínua, coerente tecnicamente e coordenada com a mobilização dos recursos necessários para produzir impactos positivos sobre assunto em foco. (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013, p. 43).

Segundo Shwenger (2005) a política pública para fomento de MPEs é:

Indutor da distribuição eqüitativa da riqueza e dos bens e do desenvolvimento com garantia dos princípios constitucionais para os vários e diversos segmentos, atendendo aos diferentes interesses sociais e coletivos presentes na sociedade (SWENGER, 2005, p.5).

A abordagem de Schwenger (2005), as políticas públicas de fomento as MPEs são veículos que possibilitam a distribuição de renda, bens e são fatores importantes para o desenvolvimento econômico das sociedades.

Esse trabalho estará focado na política, como promotora de desenvolvimento econômico, isso talvez resulte em inclusão social (OLIVEIRA e ZOUAIN, 2013). Particularmente estará focado nas políticas de fomento para as MPEs, como ferramenta dessa inserção e desconcentração de renda, segundo Grapeggiari et al (2011).

O autor Lima (2001), relata que há uma relação boa de investimento do governo em MPEs e melhora em termos de emprego e distribuição de renda.

Segundo Lima (2001):

Por meio do incentivo ao desenvolvimento destas empresas, tem-se em vista a melhoria da taxa de emprego, da distribuição da renda e, mais globalmente, do desenvolvimento nacional” (LIMA, 2001, p. 424).

As políticas públicas geralmente são formuladas pelo governo central, ou seja, pelas instituições do Estado e observados pelas outras partes interessadas, ou seja, de cima para baixo (DUNNING, 2005), são implementados por instituições do governo através de programas e outros parceiros sociais, esse trabalho esta focada particularmente em políticas de fomentos das MPEs.

Segundo Lemos (2001), as MPEs são observadas, como atores importantes na geração de emprego e renda, essa importância fez com que os estados prestassem mais atenção a elas, formulando políticas de fomento a esses tipos de empresa, por exemplo, o estudo de Gomes, Alves e Fernandes (2013) revela que:

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam mais de 98% do total das empresas, mais de 60% do emprego formal e aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto nas economias desenvolvidas. Nas economias menos desenvolvidas as MPMEs empregam pouco mais de 30% da força de trabalho e representam pouco mais de 10% do PIB.(GOMES, ALVES & FERNANDES 2013, p. 9-10).

Através dos dados do estudo de Gomes, Alves e Fernandes (2013) podemos observar o quanto são importantes as MPMEs para economia de um país, porque esses tipos de empresas são as principais geradoras de empregos, e contribuem significativamente no PIB dos países.

Na implementação de políticas de fomento as MPEs, é importante observar e definir qual é o estágio e a prioridade da economia. E o perfil do empresário, que pretendemos fomentar, se são os micro e pequenos empresários do tipo estilo de vida ou os micro pequenos empresários de alto desempenho (empreendedores) (GOMES, ALVES e.FERNANDES, 2013).

Em Angola podemos observar que o perfil dos micro e pequenos empresários,

são essencialmente de necessidade (SCHLEMM et al, 2007). Isto acontece principalmente devido as deficiências, em termos oferta de empregos no país.

É importante elucidar que o nível do desenvolvimento econômico influi também no sucesso das MPEs (GARÓFA, 2009), e também no perfil dos micro e pequenos empresários (SCHLEMM et al, 2007). As políticas de fomento as MPEs devem levar isso em consideração, não só, também buscar formas de contornar os principais problemas que estes tipos de empresas enfrentam, tanto ao nível de ambiente externo e interno.

As condicionantes do ambiente externo para as MPEs, segundo os autores Gomes, Alves e Fernandes (2013, p. 21) são “mudanças demográficas, mudanças sociais, mudanças econômicas, mudanças regulatórias, mudanças tecnológicas”.

Essas mudanças estão relacionadas com seguintes aspectos: emigração, educação, ambiente econômico, políticas e inovação; elementos que influenciam muito o desempenho das micro e pequenas empresas (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013). Por exemplo, as inovações tecnológicas são fatores positivos para melhorar o desempenho das micro e pequenas empresas, segundo Pereira et al (2009).

Segundo Garófalo (2009, p. 8), os principais problemas (ambiente interno) que as MPEs, enfrentam independentemente do país são: “gestão informal, baixa qualidade gerencial (um desdobramento da gestão informal) e escassez de recursos”. As políticas de fomentam as MPEs, devem promover um ambiente que permita as empresas ultrapassarem esses obstáculos.

As MPEs geralmente são gerenciados, por pessoas com baixa qualificação, isso é fator negativo para a sobrevivência delas, segundo Azevedo e Leone (2011), e dificulta “o processo de tomada de decisões” (DRUCKER, 1967). E geralmente enfrentam dificuldade em acessar financiamento, segundo Peñaloza e Figueiredo (2010).

Levando em contas esses aspectos, ambiente externo e interno, as políticas de fomento as MPEs, podem ser classificadas segundo Gomes, Alves e Fernandes (2013, p. 21) em: “políticas regulatórias e políticas de estímulos”.

As políticas regulatórias são: “Regras de entradas e saídas de negócios; Regras

trabalhistas e sociais; Regras de propriedades; Regras tributárias; Regras de propriedade intelectual; Regras de falência; Regras que afetem a liquidez e disponibilidade de capital” (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013, p. 22).

Gomes, Alves e Fernandes (2013, p. 22), entendem que “as políticas de estímulos são relacionadas à promoção do empreendedorismo”, mas ao olharmos para essas, notamos que são usuais também para o fomento das MPEs. As políticas de estímulo para Gomes, Alves e Fernande (2013) são:

Promoção da cultura e educação empreendedora; Desenvolvimento de indústria de incubadoras e venture-capital; Programas de promoção a inovação (pesquisa e desenvolvimento); Programas de fomento a internacionalização” (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013, p. 22).

Segundo Gomes, Alves e Fernandes as políticas de fomento as MPEs, pode-se notar, que elas variam de país em país, por exemplo, eles dizem que:

As políticas do Brasil e Chile estão mais alinhadas, no sentido de desenvolver a indústria. Enquanto, que Canadá, Irlanda e Itália priorizam o desenvolvimento de novas tecnologias (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013, p. 39).

Em Angola, devido potencialidade agrícola, esse tipo de empresas podem ser importantes para criação de cooperativas agrícolas. Segundo Zylbersztajn (1994, p.1) “cooperativas agrícolas podem assumir importantes papéis na coordenação agroalimentar em complementação ao Estado”. Essas cooperativas serão importantes para o desenvolvimento da agricultura.

Apos da oscilação do petróleo bruto no mercado internacional no final 2008 e princípio de 2009, a economia da Angola se ressentiu negativamente desta oscilação, o que despertou o governo, no sentido de encontrar alternativas, a indústria petrolífera. Como consta no Relatório do Banco Africano de Investimento (BAI, 2009).

Quando em final de 2008 e início de 2009 os preços do petróleo caíram abruptamente, passando de uma média de USD 98 ao longo de 2008 para USD

44 no 1º trimestre de 2009 - um choque económico externo de grandes proporções para uma economia muito dependente da actividade petrolífera.(BAI, 2009, p.20).

Esse choque económico resultante da oscilação do petróleo no mercado internacional, fez com que o governo observasse a necessidade da diversificação da economia, e as MPEs tornaram-se prioridade nesse processo, sendo assim, formulou e implementou políticas para fomentar esse tipo de empresas, dentre as quais o “Angola Investe”.

As políticas de fomento para MPEs em Angola, segundo Quilaça (2014):

As políticas desse tipo em Angola visam basicamente um regime especial de impostos e uma regulamentação específica. Apesar do esforço do governo na formulação e implementação dessas políticasAs políticas do governo de apoio ao empreendedorismo não são suficientes. Especialistas angolanos criticam a morosidade e burocracia na aquisição das autorizações e licenças por parte das empresas novas e em crescimento, apontando assim como um dos principais factores de obstáculos no fomento da atividade empreendedora no país (QUILAÇA, 2014, p. 35).

Pode-se observar que apesar da implementação e formulação das políticas do governo, não têm sido o suficiente, para que as MPEs atinjam o peso que se espera no cenário económico angolano. Embora o Brasil tenha formulado e implementado políticas similares com sucesso, como explica Grapeggia et al (2011):

Em 2005 foi desencadeada ampla discussão no Brasil sobre o tema deste estudo, que resultou na regulamentação da Lei Geral das MPE, cujo propósito era estabelecer e regulamentar incentivos para tais empresas, de forma a promover um sistema mais simples e justo de pagamento de impostos e contribuições, crédito facilitado, redução da burocracia e maior acesso às compras governamentais, às exportações e às novas tecnologias. O interesse pela aprovação de uma lei geral fundamentou-se na participação das MPE na sociedade brasileira (GRAPEGGIA et al, 2011, p. 2).

Em relação às políticas de fomento às MPEs, Silva (2000) sugere que em países em desenvolvimento como Angola:

Nos países em desenvolvimento, as políticas governamentais deveriam estar mais associadas a um tratamento diferenciado na esfera burocrática e fiscal que pudesse assegurar, efetivamente, igualdade de competitividade entre as PMEs e as GEs (SILVA, 2000, p. 15).

Segundo Zouain e Barone (2007, p. 379) “os pequenos negócios urbanos e rurais, formais e informais muitas vezes são condicionados, pela escassez de capital, refletindo-se em baixa produtividade e baixo rendimento”, por isso, a formulação de políticas, que facilitem o acesso ao crédito são fundamentais, isto poderia resultar no aumento da competitividade das MPES.

2.2.3- INAPEM e o “Angola Investe”

As políticas do governo angolano de fomento as micro e pequenas empresas, enquadram-se as sugestões de Silva (2000), têm um tratamento diferenciado em relação à tributação, crédito e registro. Aqui se observa nitidamente, o caráter regulatório das políticas formuladas e implementadas pelo governo angolano (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013).

O governo angolano implementa essas políticas através de programas, atualmente o principal programa é o Angola Investe, o Brasil já teve um programa similar para dinamizar a sua economia, o “Brasil empreendedor” (LIMA,2001).

Esse programa tem como um dos principais aspecto, o financiamento as micro e pequenas empresas, para aumentar a sua importância na economia do país. O autor Banerjee et al (2015), observa que financiamento desse gênero de empresa, através de programas possibilita o crescimento dos negócios dos micro e pequenos empresários.

O INAPEM é o órgão responsável para implementação dessas políticas. O INAPEM foi criado em 1992 no ano que formalmente Angola adere a economia de mercado. Quilaça (2014) relata que:

O INAPEM tem a função de certificar ou cadastrar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), administra também formação, consultoria e educação ao empreendedorismo” (QUILAÇA, 2014, p. 38).

Segundo Silva (2000) histórico desses programas de apoio as micro e pequenas empresas datam desde 1995, com o “Programa de Apoio ao Sector Produtivo”, que tinha como prioridade os seguintes setores: agricultura, pecuária, pesca e a indústria. Esse programa não teve o sucesso desejado, seguiram-se vários outros programas como: Programa de Fomento de Auto Emprego de 1996, focado nas comunidades locais, criação de incubadoras de empresas especializadas em micro e pequenas empresas em 2010 (MAPPESS, 2013, p. 7), Programa Microcrédito Amigo (JORNAL DE ANGOLA, 2012), Programa dos Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego – CLESE’s através do decreto executivo 284/13 (DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA, 2013, p. 2414), Programa de Empreendedorismo na Comunidade de 2012 (ANGOP, 2014). Todos esses programas sem sucesso (ROCHA et al, 2013).

Esta pesquisa observar a importância do “Angola Investe” no fomento das MPEs, avaliando os resultados nos aspectos que o programa definiu como meta. Segundo os autores Ala-Harja e Helgason (2000, p. 8) “o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos”, a nossa pesquisa vai se guiar nessa perspectiva.

O momento que é realizado a avaliação também é importante na avaliação, Cotta (2001) relata que a avaliação pode ser realizada antes da implementação, durante a implementação e depois da implementação do programa. A avaliação dessa pesquisa será durante a execução do “Angola Investe”, para aprimorar e observar se o programa esta sendo executado conforme planejado (COTTA, 2001).

O que vai orientar a pesquisa são as metas estabelecidas pelo programa, o autor Garcia (2001) observa que esse padrão denomina-se absoluto.

O método de avaliação utilizado nessa pesquisa será o modelo lógico, segundo Trevisan e Bellen (2008):

Esta metodologia parte da concepção de políticas públicas como processos articulados e estabelece os recursos que configuram a política pública, seus programas e projetos, e encadeiam as etapas de um mesmo programa, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção (TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 543).

Com base na revisão bibliográfica, identificamos que, frente ao insucesso dos programas formulados e implementados pelo governo de Angola, uma investigação mais profunda das políticas se faz necessária para as mesmas possam ser mais adequadas à realidade do país, e esse método será importante para avaliarmos o “Angola Investe”.

2.3- Desenvolvimento Econômico

2.3.1- Conceitos

A revisão da literatura focada na economia de Angola e nas políticas de fomento para MPEs, nos sugere a necessidade de apresentar conceitos e abordagens de desenvolvimento. Sobre o conceito de desenvolvimento há um debate intenso, desde o liberal predominante e também as correntes alternativas a esse modelo hegemônico.

Para Furtado (1974) o conceito de desenvolvimento é um “mito”, é uma forma de legitimar certas práticas predatórias do mercado defendido pela corrente liberal, levando a sociedade a sacrificar-se em nome deste. Segundo o autor (1974), o modelo de desenvolvimento predominante nas sociedades, tem aumentado o fosso entre os ricos e os pobres, aumentando assim a desigualdade social nelas.

A perspectiva de Furtado (1974) observa claramente em Angola, apesar de ser um dos países que mais cresceu nos últimos anos. A riqueza criada aumentou a desigualdade entre as classes.

Sachs (2008) se revê na perspectiva de Furtado (1974), em relação à complexidade do conceito de desenvolvimento. O autor afirma que “é difícil de se definir, porém fácil de reconhecer” (SACHS, 2008, p. 25). O governo angolano tem definido continuamente que Angola é um país que tem - se desenvolvido, o que levou a ONU classificar o país, como uma nação de renda média (AMBROSIO, 2013).

Outro autor Veiga (2010), aponta que a distribuição da renda pode ser um fator importante para o desenvolvimento. O desenvolvimento da Angola peca justamente nesse aspecto de concentração de renda (ROCHA et al, 2013). O autor Kuznets (1955) foi pioneiro no debate sobre conceito de distribuição de riqueza, na sua visão é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país.

Segundo Veiga (2010) é muito comum definir o crescimento econômico, como desenvolvimento se baseando no crescimento do PIB. É o que tem acontecido em Angola, ignorasse a o bem - estar da população baseando-se no crescimento do PIB, para determinar o desenvolvimento do país.

Sandroni (1994), também se enquadra nessa linha de pesquisadores que observam o desenvolvimento econômico e crescimento econômico como fenômenos similares, este conceito de desenvolvimento é de certa forma superficial. Em Angola, por exemplo, se assistiu um crescimento acelerado do PIB, sem grande efeito na qualidade de vida das populações (ROCHA, 2016).

Mas não podemos deixar de observar, que o crescimento econômico é um fator importante para o desenvolvimento (VEIGA, 2010). As sociedades que desejam se desenvolver necessitam de crescimento econômico, verifica-se que Angola cresceu muito, propormos agora deve focar-se no caminho para o desenvolvimento includente, segundo Sachs (2008).

Desenvolvimento econômico é definido pelo crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida e o crescimento econômico como aumento da renda per capita, segundo (VIERA, 2009). Mas Sachs (2008) declara que a renda per capita não é um elemento fundamental, para determinar o desenvolvimento de uma sociedade. Em Angola, por muito tempo confundiu-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico (ROCHA, 2016).

Viera (2009), demonstra a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico claramente da seguinte maneira:

Crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços, de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução do crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento de sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida, e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações

fundamentais na estrutura econômica e social (VIEIRA, 2009, p. 18).

Apesar de Viera (2009), distinguir desenvolvimento e crescimento econômico, ainda há muitas controvérsias acerca da definição de desenvolvimento econômico. Porém, o crescimento econômico é um conceito mais aceito em termos gerais. Depois dessa leitura sobre desenvolvimento econômico posso dizer que Angola tem conhecido um crescimento econômico, que não se reflete em desenvolvimento econômico, e muito menos um desenvolvimento incluyente (SACHS, 2008).

2.3.2- Abordagens

Retornando ao debate sobre desenvolvimento, para a corrente neoliberal o mercado é o principal ator do desenvolvimento econômico (COWLING e TOMLISSON, 2005), o Estado deve evitar intervir na dinâmica do mercado (SOUZA, 2007), mas o que se assiste é que o mercado não tem trazido o desenvolvimento social esperado, por isso, o Estado deve assumir o seu papel como agente de desenvolvimento social.

Na perspectiva de Soros (2002), o mercado não tem grandes preocupações em relação às questões sociais, isso aumenta as preocupações em relação ao reflexo, do modelo de desenvolvimento econômico atual, que tem o mercado como principal ator.

O modelo liberal é disseminado geralmente pelas organizações como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) (SECCHI, 2009). É o modelo hegemônico no mundo capitalista e globalizado (BRESSER-PEREIRA, 2010). Sendo assim apesar da resistência de Angola ao FMI, é o mesmo modelo que tem sido aplicado em Angola sem sucesso em termos de desenvolvimento econômico (JOSÉ, 2011).

Segundo Fontoura e Guedes (2012, p. 33) o FMI e o BM “contribuem para o processo de globalização, por meio de práticas de transferência de política e governança”. Ou seja, são agentes da disseminação e da implantação do modelo neoliberal de desenvolvimento.

Já Bresser-Pereira (2008) define desenvolvimento econômico como:

O desenvolvimento econômico visa atender de forma direta, um objetivo político fundamental das sociedades modernas, o bem estar, e indiretamente busca segurança, liberdade, justiça social e proteção do meio ambiente, dessa forma o

desenvolvimento econômico implicam mudanças estruturais, culturais e institucionais (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.2).

Pode se observar no conceito de Bresser-Pereira o destaque que se dá no “bem-estar”, como consequência do desenvolvimento econômico. Segundo essa lógica, para mensurar implicações do desenvolvimento econômico na sociedade o PNUD, criou o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH), que incide sobre o reflexo do desenvolvimento econômico na vida das pessoas (JATOBÁ, 2015).

O PNUD reconhece que o IDH é um princípio de uma nova visão sobre o desenvolvimento, ou seja, é o primeiro passo para o debate sobre o desenvolvimento de uma maneira mais ampla (VEIGA, 2010).

Há também a questão do desenvolvimento local, que tem alimentado vários debates, uma corrente defende que conduz a autonomia econômica local (BACATTINI, 1994), Angola pela sua tradição e cultura, adotar esse modelo de desenvolvimento levaria a um desenvolvimento mais efetivo, e seria um fator chave na redução da assimetria regional (ROCHA, 2004).

Verificam-se autores que dizem um arranjo de produção local (APL), pode ser uma forma prática de implementar este modelo de desenvolvimento (BENKO e LIPIETZ, 1994), ainda há corrente que defende este modelo de desenvolvimento, pode ser uma forma de contrariar o modelo de desenvolvimento predominante liberal, que observa o mercado como principal agente do desenvolvimento (SANTOS e RODRIGUEZ-GARAVITO, 2006)..

O desenvolvimento econômico da Angola é mensurado pelo “Índice de Desenvolvimento Humano”, os últimos relatórios elaborados revelam dados aquém da expectativa, apesar de ser um dos países que mais cresceu economicamente a nível mundial, na década passada, com média de 11,5%, na lista de 2015 do PNUD de IDH Angola esta somente em 149º lugar (REDEANGOLA, 2015), em uma lista com 166 países. O que nos leva a concluir que o desenvolvimento econômico da Angola, nesse período não foi um desenvolvimento sustentável nem includente.

Costa (2015) define o desenvolvimento sustentável como:

o desenvolvimento sustentável busca a melhoria da qualidade de vida da humanidade em nível global e fundamentalmente levando em conta três aspectos — direitos humanos, socioeconômicos e ambientais (COSTA, 2015,

Observando este conceito, podemos concluir que o desenvolvimento socioeconômico está profundamente ligado ao desenvolvimento sustentável, e muitas vezes se confundem. É importante realçar que o desenvolvimento sustentável implica na melhoria da qualidade de vida, ou seja, faz a mediação entre crescimento econômico, social e preservação do meio ambiente (COSTA, 2015).

O debate acerca do desenvolvimento sustentável iniciou em 1987, por Brundtland (1987), que reafirmou a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico e a sobrevivência das gerações vindouras. Relatando que “A grande missão do desenvolvimento sustentável é harmonizar os objetivos, sociais, econômicos e ambientais” (VEIGA, 2010, p. 36). Em Angola não se observa essa harmonização que Veiga (2010) conceitua, há um desnivelamento entre o social, o econômico e o ambiental (SANGO, 2010).

Segundo Sachs (2008, p. 25) desenvolvimento sustentável “obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com gerações presentes e futuras”. O modelo de desenvolvimento que o governo angolano deve adotar deve levar em conta as questões sustentáveis.

Segundo Sachs (2008) desenvolvimento incluyente é o caminho a seguir, que baseia-se nos seguintes aspectos:

Acesso a ativos requeridos para produção de bens e serviços para autoconsumo, no âmbito da economia doméstica; Acesso ao treinamento, técnicas e ativos necessários para a produção de bens e serviços orientados para o mercado mediante auto-emprego; Disponibilidade de trabalho decente, de tempo integral ou parcial, para os membros de família que a desejam; Acesso universal aos serviços públicos; Acesso a habitação autoconstruída, alugada ou adquirida mediante esquemas subsidiados de moradia popular; Disponibilidade de tempo livre para atividades não produtivas.(SACHS, 2008, p. 35).

Neste contexto, as MPEs podem exercer um importante papel, para a inclusão

dos indivíduos na sociedade através da criação de emprego e renda (PEDROSO, 2008).

OS baixos números dos indicadores sociais assistidos em Angola, por exemplo, em termos de índice de desenvolvimento humano (IDH), o índice da Angola é de 0,532 segundo os dados do PNUD (2015), um índice baixo em relação a riqueza produzida no país nos últimos anos.

Angola em termos de IDH está posicionada em 149 lugar num ranking com 166 países, em termos de renda, a distribuição de renda é bastante desigual, custos de vida extremamente elevados, por exemplo, nos últimos anos Luanda sempre está no topo das cidades mais caras para-se viver, como podemos observar no relatório de Malik et al (2013).

A nível de educação tem havido evolução principalmente no primário, mas o médio e o superior ainda carecem de muitos investimentos, mortalidade infantil é alta situado nos 20% em crianças menores de cinco (5) anos, segundo Toni (2015). Alto nível de pobreza correspondendo a dois terços da população, segundo Rocha et al (2013). Através desses dados socioeconômicos podemos concluir, que tem de haver ajustes no sentido de que a riqueza produzida no país possa gerar inclusão social e haja uma redução significativa da desigualdade social (BARONE, ZOUAIN, CRUZ, 2005)

Segundo o Malik et al (2013):

Um dos grandes riscos de eventuais conflitos na Angola é a crescente desigualdade social, que resulta na crescente frustração e ao ressentimento ressaltado pela percepção da falta de oportunidades. O povo angolano hoje mais informado em relação as décadas passadas, sente-se injustiçado em relação à distribuição da riqueza produzida no país (MALIK, 2013, p. 42).

Malik et al (2013) verifica, que há um sentimento de insatisfação cada vez mais crescente, em relação a ineficiência das políticas do governo, que não têm promovido a inclusão social da maioria dos angolanos.

Um inquérito realizado pelo Malik et al (2013) para medir o bem - estar da população angolana, denominado Inquérito Integrado sobre o Bem - Estar da População (IBEP), observou que:

No período entre 2008 a 2009, concluiu o seguinte que 33,6% da população vive a baixo da linha nacional da pobreza. Embora signifique que houve uma melhoria, mas ainda esta muito abaixo das pretensões do governo, nomeadamente no Plano de Desenvolvimento Sustentável 2009-2013.(MALIK et al, 2013, p.55).

Temos que salientar que a maioria da população angolana é jovem, com 48% da população tem idade inferior a quinze (15) anos, sendo assim menos 50% da população é economicamente ativa, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2015). Segundo Malik et al. (2013, p.56), “Isso cria uma grande pressão sobre o sistema de educação, saúde e produção”.

Observando essa situação, o governo angolano pretende ultrapassar esses problemas apostando em políticas que diminuam a desigualdade e se preocupem com o “bem - estar” (SEN, 2012), e a diversificação da economia enquadra-se nesse contexto de busca da redução da pobreza. As micro e pequenas empresas são vistas como elementos essenciais nesse processo de dinamização da economia, por gerarem empregos, contribuírem para melhor distribuição da renda e diminuição das assimetrias regionais através de arranjos industriais (BENKO e LIPIETZ, 1994).

Nesta revisão bibliográfica, nota-se que o modelo de desenvolvimento atual não tem correspondido em termos de redução da desigualdade em Angola. Portanto, a investigação proposta pelo presente projeto está focada na política de fomento das micro e pequenas empresas na Angola, propriamente, o “Angola Investe” porque entendemos que poderia contribuir para um desenvolvimento includente. Apresentamos a seguir um resumo dos principais critérios de análise que balizaram a pesquisa empírica.

Capítulo 3- Metodologia

A metodologia de pesquisa adotada foi qualitativa, são apresentados neste capítulo a estratégia de pesquisa, os sujeitos de pesquisa, a coleta de dados, a análise de dados e as limitações do estudo.

3.1- Estratégia de Pesquisa

A metodologia de pesquisa reflete a forma como foi operacionalizada a pesquisa, Richardson et al (1999, p. 70), define-a como “escolha de procedimento sistemático para a descrição e explicação do fenômeno”, neste caso será o “Angola Investe”.

O projeto adota abordagem de caráter qualitativo, segundo Bauer e Gaskell (2002), para compreender a realidade do “Angola Investe” para as micro e pequenas empresas em Angola. O conhecimento construído nesse projeto foi baseado na indução (LAKATOS e MARCONI, 1993), fundamentando na experiência das políticas implementadas para o fomento das MPEs ao longo do tempo.

Segundo Minayo (1995) a pesquisa qualitativa é:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos Fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Para os autores Cook, Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa define-se como:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. (COOK, DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 26).

Por essas características da pesquisa qualitativa verificamos, que foi a melhor

forma de operacionalizar a pesquisa. Ela nos levou a entender os resultados da política de fomento para MPEs, através dos micro e pequenos empresários, dos documentos e especialistas (BAUER e GASKELL, 2002).

A pesquisa teve caráter exploratório (Gil, 1999) devido a pouca literatura focada no tema – políticas de fomento para MPEs em Angola como identificamos na contextualização apresentada na Introdução desta dissertação. Gil (1999) diz que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 1999, p. 27).

Estudos sobre políticas de fomento das MPEs em Angola são raros. Portanto, uma das razões que nos levou a estudar esse problema de pesquisa, mesmo reconhecendo a importância das micro e pequenas empresas, formulando e implementando várias políticas de fomento, o governo angolano raramente se utiliza dos métodos científicos para avaliar os resultados, em termos econômicos e de inclusão social.

A pesquisa de campo permitiu - nos fazer uma análise crítica do Angola Investe e, relatar os benefícios que esse programa trouxe as MPEs, na ótica dos micro e pequenos empresários e especialistas (GIL, 1999).

Através da pesquisa documental encontramos dados oficiais do governo, de empresas ou de organizações não - governamentais relevantes, no Portal Angola, para compreendemos às políticas de fomento para MPEs, elas nos mostraram a realidade das micro e pequenas em Angola. Cellard (2008, p.11) revela que “o documento escrito constitui uma fonte extremamente importante para as pesquisas em ciências sociais, sendo evidentemente insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado distante”. Os documentos apresentam o desenvolvimento do fenômeno ao longo dos anos.

A busca dos documentos foram importantes para termos a noção do “Angola

Investe” para MPEs em Angola (GIL, 2006).

Encontramos não só passados distantes, mas também momentos e informações recentes. Segundo Helder (2006, p. 23) “é uma técnica que usa documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor”, sendo de extrema importância em pesquisas nas ciências sociais.

A pesquisa de campo com intuito de coletar os dados primários e secundários foi realizada em Angola, em instituições responsáveis por estudos das micro e pequenas empresas e aos empresários. Ela aproximou-nos à realidade angolana (MINAYO, 2008), ou seja, para sabermos as especificidades na implementação do “Angola Investe” para MPEs em Angola.

3.2-Sujeitos da Pesquisa

Segundo Duarte (2000) sujeito da pesquisa são:

Pessoas que permitem a compreensão do objeto de estudo ou fenômeno estudado, pessoas que possuem um conhecimento acerca do tema através da experiência de vida ou mesmo pelo conhecimento científico (DUARTE, 2000, p.15).

Neste trabalho esses sujeitos foram os micro e pequenos empresários que residem em Luanda, que trabalham em diversos setores da economia e especialistas em políticas de fomento para MPEs.

Durante a pesquisa foram entrevistados o economista consultoria *Klunveld Peat Marwick Goerdeler* (KPGM), que é também professor da Universidade Lusíada e simultaneamente diretor do Jornal Expansão, jornal especializado em economia de Angola e o outro entrevistado foi o professor da Universidade Católica, pesquisador do CEIC, houve outros contatos para entrevistas com especialistas, mas infelizmente houve negação por parte deles, ainda há uma certa resistência nesse tipo de pesquisas no meu país..

A seleção dos micro e pequenos empresários foi realizada aleatoriamente, a mesma abrangeu contatos com quatorze (14) micro e pequenos empresários. Através de convites que foram feitos com antecedência e houve um protocolo de responsabilidade, onde foi definido o sigilo dos sujeitos entrevistados. O quadro 2 apresenta um resumo do perfil dos respondentes.

Quadro 2 – Resumo do Perfil dos Respondentes

Código	Idade	Escolaridade	Função	Setor
P 1	54	Mestrado	Especialista	Docente
P 2	28	Superior	Especialista	Docente
E1	28	Mestrado	Empresário	Restaurante
E2	33	Superior	Empresário	Comércio
E3	28	Ensino base	Empresário	Salão
E4	29	Superior	Empresário	Consultoria
E5	30	Superior	Empresário	Produtora
E6	52	Superior	Empresário	Confeitaria
E7	32	Superior	Empresário	Comércio
E8	30	Médio	Empresário	Boutique
E9	33	Superior	Empresário	Gráfica
E10	34	Superior	Empresário	Construção
E11	28	Superior	Empresário	Restaurante
E12	30	Superior	Empresário	Gráfica
E13	45	Superior	Empresário	Confeiteira
E14	50	Médio	Empresário	Confeiteira

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3- Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de pesquisas documental e de campo (SILVA e SILVA, 2006). A pesquisa documental privilegiou documentos de instituições do Estado e outras organizações não estatais serviu de suporte, para sabermos sobre o “Angola Investe”, quais são os pontos fracos e fortes dessa da política de fomento para as MPEs.

As fontes documentais privilegiadas foram os relatórios do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre MPEs e documentos do próprio governo sobre o “Angola Investe”. No INE podemos observar o relatório da evolução das micro e pequenas empresas no até 2014, os documentos do governo encontramos a evolução do programa “Angola Investe” até julho de 2016.

Na pesquisa do campo, a coleta de dados foi realizada através da técnica de entrevista semi-estruturada (BONI e QUARESMA, 2005). Para Fonseca entrevista semi-estruturada é:

A entrevistas semi-estruturada tem como característica questionamento básicos que são apoiados em teoria e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir da respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistado. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada.(FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo Gil (1999, p. 120), a entrevista semi-estruturada consiste em “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”, é uma forma de deixar o entrevistado se expressar com liberdade, sobre o tema da pesquisa. Mas sem fugir do propósito da entrevista que foi coletar os dados sobre o “Angola Investe”.

As entrevistas foram baseadas em um roteiro pré-definido que consideram as categorias de análise apresentadas em 2.4 desta dissertação. Os entrevistados foram especialistas (roteiro consta no Apêndice A) na matéria e os micro e pequenos empresários (roteiro consta no Apêndice B).

Foi garantida a confidencialidade de todas as pessoas, que concederem as entrevistas por meio de protocolo de confidencialidade, as entrevistas com 2 respondentes especialistas e seis empresários foram em profundidade, presenciais e gravadas. As demais com 13 empresários foram realizados por email, pela indisponibilidade da maioria dos empresários de atenderem a pesquisa, para realização da entrevista em profundidade durante o período de pesquisa de campo em Angola, em julho de 2016.

3.4- Análise de Dados

Segundo Dencker (2000, p. 5), a “análise de dados é reunir e identificar os principais elementos que respondem o tema de pesquisa organizá-los, de forma coerente”, a análise dos dados nos deu os resultados da dissertação, que se refletiu nas conclusões.

Análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo categorial, segundo Bardin (1988; 2009). Esse instrumento é importante na análise da comunicação, é geralmente usado para estudos empíricos, é muito utilizado nas pesquisas em ciências sociais.

Na pesquisa houve o processo de categorização, que consistiu em definir os elementos que foram analisados nas entrevistas e nos documentos (ROQUE, 2003). Foram definidos unidades de análises categorias *a priori* (BARDIN, 1977). São denominadas *a priori*, porque essas categorias são aquelas que sobre qual recaem o nosso objetivo de estudo primordialmente.

A categorização segundo Bardin (1977, p. 54) é:

Um processo que serve para estruturar os principais elementos a serem analisados nas entrevistas, que consiste em isolar os elementos a serem pesquisados (inventário), e organizar as mensagens (classificação) (BARDIN, 1977, 54).

Essa técnica fez com que houvesse uma maior compreensão do conteúdo dos materiais analisados, e tivéssemos resultados significativos em relação aos dados

coletados.

As categorias *a priori* foram originadas dos principais elementos do tema de pesquisas, tais como: diversificação da economia, empregos diretos e indiretos, renda per capitam, Acesso ao financiamento, formação, incentivo a produção nacional, desburocratização, diminuir a economia informal, auto emprego, autoconsumo, trabalho decente, lazer. Ao definir essas categorias encontramos o que a pesquisa propunha explicar.

Com base no referencial teórico assumimos como proposições, que informam a pesquisa de campo os seguintes aspectos.

A dependência econômica da Angola no petróleo requer fomento em outros setores e tipos de empresas, tais como as MPEs, que poderão ser fundamentais neste processo de diversificação da economia e no desenvolvimento econômico (BABY, 2014).

Frente ao insucesso dos programas formulados e implementados pelo governo de Angola, uma investigação mais profunda das políticas se faz necessária, para que as mesmas possam ser mais adequadas à realidade do país.

Destacamos a importância do “Angola Investe” para economia de Angola. Segundo Rocha et al (2014), que reconhece a dependência econômica da indústria petrolífera, o que implica na necessidade de diversificação da economia (MENDES, 2014).

Em paralelo, cabe destacar que modelo de desenvolvimento atual não tem correspondido, a expectativa da sociedade angolana, em termos de criação de empregos e renda (BUZA, 2011).

Desta forma, os elementos a serem analisados, em referência ao contributo do “Angola Investe” na economia de Angola são: diversificação da economia, emprego direto/Indiretos e renda per capita.

Particularmente quanto ao “Angola Investe”, segundo Gomes, Alves e

Fernandes (2013), serão consideradas as políticas de fomento e regulatórias, levando em conta as perspectivas dos micro e pequenos empresários e especialistas.

Os elementos a serem analisados na política de fomento são: financiamento, formação e incentivo a produção nacional. E nas políticas regulatórias são: redução da burocracia e diminuição da informalidade.

Ao adotar o conceito de desenvolvimento includente na visão de Sachs (2008), este projeto assume que desenvolvimento econômico deve promover o bem-estar, não só crescimento econômico sem distribuição efetiva de renda.

Os elementos a serem analisados em referência ao desenvolvimento includente são: o auto consumo, auto emprego, trabalho decente e o lazer.

Quadro 1 – Resumo das categorias de análise

Aspectos da Pesquisa	Categorias
Importância do Angola Investe na Economia	Diversificação da economia, empregos diretos e indiretos, renda per capita.
Políticas de fomento	Acesso ao financiamento, formação e incentivo a produção nacional.
Políticas regulatórias	Desburocratização e diminuir a economia informal.
Desenvolvimento Includente	Melhorar as condições sociais (autoemprego, autoconsumo, trabalho decente, lazer)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise conjunta dos dados seguiu a proposta de triangulação através do método lógico (COSTA e CASTANHA, 2003), dos dados recolhidos em diferentes fontes, tais como especialistas em MPEs, micro e pequenos empresários, e documentos para se obter um panorama amplo acerca do Angola Investe (CAMPBELL e FISK, 1954).

3.6- Limitações do estudo

Podemos observar que as entrevistas em profundidade, podem trazer informações com o viés do sujeito da pesquisa, segundo Neves (1996, p. 3) “os dados qualitativos têm suas próprias fraquezas e problemas que devem ser considerados e

não, negados”. Neves (1996) também considera é importante eliminar o viés do pesquisador.

A forma de reduzir o viés do sujeito de pesquisa foi cruzar as entrevistas, com os dados documentais sobre o objeto de pesquisa.

Apesar de outros autores entenderem que esse viés é importante para conhecer os fenômenos sociais, como por exemplo, Maanen (1979, p, 55) que diz “que a pesquisa qualitativa revela os fenômenos sociais e diminui a distância entre o pesquisador e o objeto de estudo”. Talvez em certas pesquisas seja necessária essa aproximação que o Maanen (1979) afirma, mas no caso dessa pesquisa foi descartado.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, Gil (1999) diz que o entrevistador pode influenciar as respostas entrevistado, tornando assim os dados imprecisos. O critério de análise elaborado *a priori* foi importante para superar essa limitação.

No entanto, cabe notar que as entrevistas por e-mails foram limitadas, pelo conteúdo resumido das respostas pelos empresários.

Gil (1999, p. 119) também levanta a questão sobre “o custo de uma entrevista, principalmente se for numa localidade distante e a necessidade do próprio pesquisador fazer as entrevistas”. Esse aspecto nomeado por Gil (1999) condicionou a pesquisa, a necessidade de deslocar em Angola e principalmente à pouca cultura de pesquisa existente no país, fui recebido com certa hostilidade pelos sujeitos de pesquisa, os poucos pesquisadores existentes no país, não demonstraram vontade de cooperar, os micro e pequenos empresários não se sentiram a vontade, em explicar sobre o “Angola Investe” e o impacto nos seus negócios.

O autor Gil (1999, 120) ressalta que “o entrevistado pode estar desmotivado durante a entrevista”, isso resultaria numa entrevista com poucos dados. A situação econômica e social atual do país influenciou negativamente, muitos dos empresários alegaram indisposição causada por esse cenário difícil, como razão para não atenderem a pesquisa.

O pesquisador deve estar atento as essas limitações e armar uma estratégia para superá-las. A estratégia adotada frente as dificuldade no campo foi buscar o acesso ao que já se falou sobre o “Angola Investe”, e analisar os dados triangulando documentos, especialistas e empresários.

Capítulo 4- Descrição e análise

Este capítulo descreve e analisa os dados obtidos na pesquisa de campo em Angola. Está estruturado em seis subcapítulos tais como: Programa de fomento Angola Investe, importância do “Angola Investe” para a economia de Angola, políticas de fomento, políticas regulatórias, desenvolvimento incluyente e análise conjunta.

4.1- Programa de fomento: Angola Investe

A lei nº30/11 é o fundamento do programa “Angola Investe”, ela nos dá a entender claramente a preocupação do governo, em criar empregos, melhorar a distribuição de renda e reduzir as assimetrias regionais, através da alavancagem das micro e pequenas empresas.

Atualmente o principal programa de fomento às micro e pequenas empresa é o “Angola Investe”, um programa que visa fortalecer as micro, pequenas e médias empresas como relata a revista digital Investirem (2013), relata que:

O Programa Angola Investe é uma iniciativa do governo angolano que visa fortalecer as Micro, Pequenas e Médias empresas nacionais apresentando-se como uma oportunidade para fortalecer e diversificar a economia do país (INVESTIREM, 2013, s.p).

Na perspectiva do governo angolano o programa vai permitir, o surgimento de uma nova nata de empresários angolanos e a longo prazo representara mais alternativas para exportações do país, diminuindo assim gradativamente o peso que tem a indústria petrolífera na economia angolana, a revista Investirem (2013) relata que:

O programa é tutelado pelo Ministério das Finanças angolano, sendo esta linha de financiamento gerido pelo INAPEM, onde os empresários interessados levam as suas candidaturas ... O acesso ao financiamento do programa depende dos seguintes fatores certificação do INAPEM e 75% do capital social ser angolano O financiamento pode conseguir através de 20 bancos angolanos, o Estado angolano através do Fundo de Garantia de Crédito do Estado (FGCE), cobre 70% do financiamento do banco, sendo assim, os bancos assumem somente 30% do risco do financiamento (INVESTIREM, 2013, s.p).

As principais características do programa “Angola Investe” são as seguintes

segundo Investirem (2013, s.p):

- Financiamento com apoio do Fundo de Garantias de Crédito do Estado, que garante 70% capital.
- Montante até 200.000 dólares americano para micro e pequenas empresas, e entre 200.000 a 5.000.000 dólares americano.
- Taxa de juros de 5%.
- Prazo de reembolso cinco (5) anos.
- Período de carência de seis (6) meses.
- Necessário ter certificação do INAPEM.
- Proposta de financiamento deve vir acompanhada pelo projeto de investimento.
- O processo “Angola Investe” deve ser proposto num dos bancos protocolados.(INVESTIREM, 2013, s.p).

Pelas suas características o programa “Angola Investe” era promissor, no sentido de promover o empresariado angolano, diversificar e fortalecer a economia angolana. A garantia dada pelo governo angolano hipoteticamente permitiu, que os bancos fizessem os financiamentos sem receio de perdas de capital. Sendo assim, o processo seria mais célere desde que as empresas que fizessem o pedido de financiamento, cumprissem com os requisitos necessários.

Os setores prioritários para o financiamento do programa “Angola Investe” segundo o Investirem (2013, s.p) são “agricultura, pecuária, pescas, materiais de construção, serviços de apoio a setores produtivos, indústria transformadora e geologia e minas”. O governo angolano priorizou os setores onde o país tem maiores carências apesar das potencialidades existentes no país, o Portal Angola (2015) relatou:

O programa “Angola Investe” de até Julho de 2015, aprovou cerca 419 projetos disponibilizando cerca de 760 milhões de dólares americanos, 176 projetos era do setor industrial, 148 no setor agrícola e na terceira posição o setor de serviços

com 55 projetos” (PORTAL ANGOLA, 2015, s.p).

Em termos geográficos houve grandes concentração em termos dos projetos aprovados, como relata o PortalAngola (2015):

Houve projetos aprovados em 17 províncias do país, Luanda lidera a lista de projetos aprovados com 197 aprovados, seguida de Benguela com 53 projetos e Cuanza Sul com 27 apurados”(PORTAL ANGOLA, 2015, s.p).

O programa em termos de empregos criados, registra o PortalAngola que:

Angola Investe” criou 64.549 novos empregos para cidadãos estrangeiros e nacionais, não alcançando a meta de 300.000 novos empregos até 2015. E ajudaria a reduzir a taxa de desemprego no país para 3,4% nesse período (PORTAL ANGOLA, 2015, s,p).

Verifica-se através dos registros acima, que o “Angola Investe” atingiu alguns objetivos, nos subcapítulos a baixo analisaremos detalhadamente o programa.

4.1.1 – Importância do Angola Investe para a Economia de Angola

4.1.1.1- Diversificação da economia

O programa "Angola Investe" é considerado um instrumento importante, para a diversificação da economia. O Ministério da Economia garante que tem contribuído significativamente para esta finalidade (PORTALANGOLA, 2013)¹.

O discurso do governo angolano estabelece como objetivo do programa dois aspectos fundamentais tais como: melhorar o ambiente de negócios e incrementar o processo de diversificação da economia (PORTALANGOLA, 2014)².

Os Especialistas em políticas de fomento a micro e pequena empresas concordam, com essa estratégia do governo de investir em MPEs, para efeito de

¹<http://www.portaldeangola.com/2013/12/angola-investe-com-mais-de-akz-30-bilioes-para-financiamentos-aprovados/> acessado 17/09/2016

²<http://www.portaldeangola.com/2014/02/programa-angola-investe-uma-longa-estrada-que-esta-por-percorrer/> acessado 17/09/2016

diversificação da economia. Como transparece nesses trechos:

"A diversificação da economia não vai ser feita pelas grandes empresas, pelos megas - projetos, não e que não vão dar o seu contributo, vão dar contributo, mas a diversificação da economia deve ser alavancada pelas pequenas e medias empresas" (P1).

"É necessário que as MPEs sejam o centro da estratégia de desenvolvimento do governo (...) As MPEs deveriam mais uma vez ser o motor dessa diversificação, o que governo pode fazer nesse momento é modelar definir o tipo de diversificação, que se quer para o futuro"(P2).

A essa visão coincide com a dos micro e pequenos empresários, eles consideram que podem desempenhar um papel importante neste processo, de diversificação da economia angolana. Como declaram nos seguintes trechos:

"Vi que Angola precisava de uma revolução no mercado de automação, que estava muito aquém dos outros países" (E10)

"Decidi atuar nesse sector da economia, para contribuir no desenvolvimento da economia de Angola, começando pelo desenvolvimento da economia da minha família, até atingir o grande objetivo que e a economia da nação angolana."(E2).

"Nesse contexto de diversificação da economia o papel das MPEs seria fazer um estudo de viabilidade, por vezes, se formos aqui nesses matos arredores das províncias, há pessoas que têm hectares, mas eles têm hectares só pensam em vender, tiram de lá alugam os seus camiões vendem, mas se fores lá eles não têm documentos nenhum, então, ai entra as MPEs, a parceria, entra ... você com conhecimento científico e lógico, visto que o agricultor possui o conhecimento popular" (E9).

"A principio tivemos oportunidades de analisar o mercado, na área em que colocamos o negocio e notamos que já existiam algumas pessoas a fazer o mesmo, mas com muita pouca diversificação, uma mais valia para aumentar o

meu negocio, criando assim oportunidade de poder diversificar o ramo em que me encontro" (E11).

"Uma aposta e oportunidade de crescimento" (E4).

"A necessidade de produtos de qualidade e a bom preço" (E7).

O Presidente da Associação Industrial de Angola segue o mesmo discurso: declara que o "Angola Investe" "está a contribuir significativamente no processo de diversificação da economia nacional, com incidência nos sectores das bebidas, agroindústria e material de construção" (PORTALANGOLA, 2014)³.

Apesar do otimismo demonstrado pelas partes interessadas no programa, o mesmo se debate com dificuldades estruturais (infraestruturas insuficientes) no país (ROCHA, 2013), pode - se constatar na quantidade de projetos financiados até aqui, muito aquém do esperado, o que levou a revisão do programa (PORTALANGOLA, 2015).

A qualidade dos projetos propostos e a inexperiência dos empresários são outros obstáculos encontrados no programa (GAROFÁ, 2010), há necessidade dos micro e pequenos empresários recorrerem a consultorias e onde lhes serão elaborados projetos que atendam as exigências do programa, e poderão ser capacitados, por causa da sua baixa capacidade de gestão (GAROFÁ, 2010).

Como afirmam os especialistas:

"Não há que uma coisa eventualmente muitas vezes o problema não esta no projeto, porque fazer um bom projeto não custa, ou seja, custa dinheiro eu vou á uma Deloitte, uma empresa qualquer de auditoria internacional eles fazem um bom projeto, custa muito caro, mas fazem sem problemas absolutamente nenhum, o problema não e só o projeto, o problema é quem esta a frente do projeto, quer dizer, eu não posso pagar a Deloitte e investir num bom projeto e dizer sou eu que vou gerir o projeto."(P1).

³<http://www.portaldeangola.com/2014/02/programa-angola-investe-e-adequado-ao-empresariado-nacional-aia/> acessado 17/09/2016

"Nós não temos gestores em Angola, nos ate temos muitas pessoas que são licenciadas em gestão, que fizeram curso de gestão, mas a gestão não e só fazer curso, mas experiência a gestão e saber gerir, e muito dessas coisas, a base aprende se nas universidades, mas tem que ter a pratica, não e por acaso que a maior parte das nossas empresas são geridas por estrangeiros, porque nos não encontramos internamente as competências necessárias".(P1).

"temos que importar técnicos brasileiros, portugueses e israelitas e isso encarece mais a estrutura de custos e como é obvio deixa de ser sustentável" (P2).

O programa também se confronta com o choque de interesses entre os bancos e os empresários, os bancos privilegiam empréstimos ao governo, por haver maior garantia em termos da recuperação do financiamento, o acesso ao financiamento mesmo através do programa é difícil (LIMA, 2001). Como afirma o especialista:

"Em Angola os bancos ganham dinheiro como? Empréstando dinheiro ao Estado e com os cambiais, portanto, não estão muito virados para o credito, porque prefiro eu emprestar á um empresário há 30%? Se posso emprestar ao Estado há 20%, vou emprestar ao Estado"(P1).

"O angola investe tem um problema em partida, que ainda não lhe disse quem financia são os bancos, o Estado não deu nenhum dinheiro aos bancos, é negócio dos bancos (...) Só que a banca tem assim dois produtos o "Angola Investe" e o seu produto, se o angola investe paga 5% ou 7% o seu produto normal paga 12% estas a ver, há aqui concorrência o que banco vai financiar afinal? o Angola Investe ou alicia entre aspas o empresário a pedir o crédito normal"(P2).

Esses aspectos que condicionam o programa "Angola Investe" levaram, que o administrador do INAPEM Samora Kitumba a admitir que os instrumentos "não funcionaram e que programas estão a ser revistos e melhorados" (REDEANGOLA, 2013,

s.p)⁴. Podemos constatar o não funcionamento do programa, no discurso do empresário e dos especialistas:

"Angola Investe como o plano nacional de desenvolvimento em teoria são bons programas para incentivo às micros e pequenas empresas, mas na prática não tem funcionando devido aos problemas estruturais que temos mesmo cá em Angola". (E1).

"No plano teórico é fantástico, agora o problema do Angola investe, como o problema de Angola não é os programas serem fantásticos, o problema é a aplicação. Se olharmos para o Angola investe a aplicação, o programa Angola investe é um fracasso" (P1).

"A partida cria seleção adversa às pessoas que tem acesso ao Angola Investe são pessoas informadas e com capital, porque só tem capital consegue fazer um bom estudo de viabilidade. Quem tem informação é que se apercebe das vantagens do "Angola Investe" e depois consegue a aceder aos fundos, só que aqui há problema quer de risco moral quer de seleção adversa, a partida você quer fomentar as MPES, mas geralmente quem tem informação e capital já não é um pequeno e médio empresário" (P2).

Nos projetos aprovado observa - se a concentração dos projetos financiados em Luanda e Benguela, com respectivamente 197 e 53 de projetos aprovados, em um total de 419 projetos, esses dados demonstram que há certo condicionamento na diminuição da assimetria e a diversificação da economia, através do "Angola Investe"(PORTALANGOLA, 2015)⁵.

O petróleo bruto continua sendo a maior exportação do país, com números significativos, dados do INE (2016) demonstram que no ano passado 92% das exportações de Angola foram do petróleo bruto.Ou seja, o "Angola Investe" não tem sido uma ferramenta, que tem possibilitado a diminuição das assimetrias regionais no país e

⁴<http://www.redeangola.info/bue-e-angola-investe-longe-dos-objectivos/> acessado 17/09/2016

⁵<http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-investe-disponibilizou-761-mil-milhoes-kz-para-419-projectos-a-provados/> acessado 17/09/2016.

aumento da exportação de outros produtos (ROCHA, 2013), a concentração dos investimentos em Luanda e Benguela deve - se a qualidade das infraestruturas nessas duas províncias, em relação às outras (MALIK et al, 2013).

Os factos relatados acima demonstram que em termos de diversificação da economia, o programa "Angola Investe" tem um longo caminho a percorrer.

4.1.1.2- Empregos Diretos

O programa "Angola Investe" estabeleceu como meta atingir 300.000 empregos até o ano de 2015, mas no primeiro ano os números foram muito abaixo da perspectiva, criou somente 1415 empregos em 44 projetos aprovados (PORTALANGOLA, 2013)⁶.

Esses números não satisfatórios foram os primeiros indícios, de que havia alguma coisa de errado no programa e ajustes eram necessários. No primeiro momento o governo diagnosticou que os custos de certificação das empresas produção eram elevados (PORTALANGOLA, 2013).

O acesso ao crédito também era difícil, razão pela qual, a administradora do INAPEM, Ruth Ceitas, admitiu que havia dificuldade na implementação do programa "Angola Investe" afirmando:

Nem tudo está a correr conforme foi programado, por isso, é necessário verificar com todos os parceiros os constrangimentos na execução do programa que tem como objetivo financiar os empresários a todos os níveis (PORTALANGOLA, 2013, s.p)⁷.

Acerca desses constrangimentos a implementação do programa "Angola Investe" os empresários atualmente que dizem que houve melhoria em alguns aspectos, como podemos observar nos trechos seguintes:

Em termos de registros de empresa:

"A loja esta registrado no Estado sim, não tive dificuldade de registro"(E8).

⁶<http://www.portaldeangola.com/2013/08/balanco-angola-investe-com> acessado 17/09/2016.

⁷<http://www.portaldeangola.com/2013/08/fundo-de-credito-emite-garantias/> acessado 17/09/2013.

"Felizmente agora o Guichê Único de Empresa esta muito bem organizado, uma iniciativa do Ministério da Justiça, e o Guichê Único agora esta organizado, porque antigamente o capital mínimo para abrires uma empresa era de 100 mil kwanzas. Hoje é o valor que empresário tiver não é obrigatório o empresário ter 100 mil Kwanzas" (E1).

"A empresa já esta cadastrada para fazer esse serviço, então, não temos dificuldades. Pagamos todos os impostos para não ter complicação" (E9).

Segundo os dados coletados, podemos verificar que o programa Angola Investe foi benéfico em termos de registros de empresas, ao diminuir o custo da criação da empresa e os procedimentos para sua criação, registrando cerca de 11.347, no período de 2012 a 2015.

O custo de produção é elevado devido a vários fatores como: pouca mão de obra qualificada, falta de infraestruturas adequadas e a escassez de matéria prima (ROCHA, 2013).

Quanto a pouca mão de obra qualificada e custo especialista, os empresários declaram que:

"Olha e o seguinte ninguém vai entregar a sua empresa há um estrangeiro se há angolano, não é porque gosta de angolanos, mas é porque é mais baratos, então quer dizer, se nós tivéssemos gestores, Angola e um país novo."(P1).

"Temos mais mão-de-obra não qualificada do que qualificada. A nossa estratégia de diversificação deveria passar por setores onde se aproveita mais mão de obra não qualificada" (P2).

"A produção gera custos salários, alimentação, saúde e transporte. Então nesse tipo de situação ... É necessário que o dono tenha um poder aquisitivo, para poder suprir esses custos, concernente as situações políticas que o país esta a passar sabemos que não estamos num bom momento, a situação

econômica e financeira, neste contexto temos que nos adaptar a novas mudanças sabemos que aqui nada é estável, é necessário que estejas preparado como empresário." (E9).

"Cada um cobra 10 mil kz isso no oficial, quer dizer as 5 visitas são 50.000 mil kz. Eles dizem os procedimentos que tens que seguir, para fazerem a visita, por exemplo, os bombeiros exigem que você tenha 2 extintores. exigem que na cozinha tenhas o fogão próprio, o fogão industrial, azulejos na parede. Os do saneamento vão pedir que tenhas um caixa, um computador, casa de banho separado ou juntas mais bem identificado"(E1).

O acesso ao crédito é para alguns empresários o que o Angola Investe não facilita, para visão de um grupo restrito de empresários facilita:

"O acesso ao crédito em Angola ainda não é fácil"(E10).

"Até agora nunca tive acesso a crédito"(E8).

"Poucas são as vezes que isso acontece."(E4).

"Sim. O Angola Investe tem facilitado o acesso ao crédito visto que, os juros são especiais, o que reduz o fator risco."(E2).

"Nao trabalhamos com créditos porque os juros são altos" (E13)

O especialista diz que:

"os bancos ate não correm muitos riscos, os programas do Angola investe cobrem 70%. Em rigor não sei se a garantia funciona bem, se os bancos acionarem a garantia não sei se o governo dá logo o dinheiro, portanto poderá haver ai mas, os que os bancos dizem os projetos que são aprovados, os projetos que são apresentados não são projetos bancáveis, quer dizer não são bons projetos."(P1).

Pude constatar que parte dos problemas identificados inicialmente no Angola Investe, foi resolvida mais outra parte não, o que resultou em menos empregos em

relação ao previstos. Essa dificuldade confirma a perspectiva dos autores Peñaloza e Figueiredo (2010), que relatam que o acesso ao financiamento as MPEs é geralmente é difícil.

Dados oficiais demonstram que o Angola Investe até agora somente 64.549 empregos, ou seja, abaixo dos 300.000 perspectivados em 2012 (PORTALANGOLA, 2015)⁸.

4.1.1.3 - Renda per capita

Este sub-tópico resulta da descrição e análise de documentos coletados em Luanda, propriamente, do último relatório do PIB de Angola produzido pelo INE.

Os sectores da indústria transformadora e extrativa, agricultura e materiais de construção, são as áreas onde foram destinados financiamentos no “Angola Investe”. O que resultou no aumento da contribuição desses setores no Produto Interno Bruto, apesar de que esse aumento ainda é insignificante para as necessidades atuais do país.

Contribuindo em 2015 respectivamente com os seguintes valores: a agricultura com 749 milhões de dólares, a construção civil com 914 milhões de dólares e a manufatura com 726 milhões de dólares (TRADING, 2016)⁹.

Angola Investe foi importante para o crescimento desses setores, mas ainda não foi suficiente para aumentar a renda per capita com robustez necessária (INE, 2016).

4.1.2- Políticas de Fomento

4.1.2.1- Financiamento

O programa Angola Investe "o maior programa governamental de concessão de crédito à economia", segundo o governo angolano (PORTALANGOLA, 2015)¹⁰, possui como preocupação central a facilitação do acesso ao crédito à micro, pequenas e médias

⁸<http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-investe-disponibilizou-761-mil-milhoes-kz-para-419-projectos-a-provados/> acessado 17/09/2016.

⁹<http://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-from-agriculture> acessado 17/09/2016.

¹⁰<http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

empresas (PORTALANGOLA, 2013)¹¹, os juros do financiamento Angola Investe são bonificados, sendo mais benéficos que um financiamento bancário comum para as empresas. As linhas de crédito bonificado permitem aos micro e pequenos empresários, um crédito com uma taxa de juro anual máxima de 5 por cento (PORTALANGOLA, 2014)¹².

O governo angolano tinha a visão de que o Angola Investe facilitaria, o acesso ao crédito e as micro e pequenas empresas estariam livres do principal empecilho, que condiciona o crescimento destas (GOMES, ALVES e FERNANDES, 2013).

Os ministérios da economia e das finanças enfatizaram o empenho do Governo na continuação do programa, e os bancos aderentes disseram que o objetivo era aumentar significativamente, a concessão dos financiamentos a um ritmo cada vez mais rápido (PORTALANGOLA, 2013)¹³.

Neste sentido, ao fim de um ano, o programa financiou em créditos de 6 mil milhões dólares americanos, para Quarenta e Quatro projetos que criaram 1415 empregos (PORTALANGOLA, 2013)¹⁴.

No segundo ano, Cento Oitenta e Sete projetos foram aprovados, o financiamento destes projetos, aumentou o crédito total do programa em 32 milhões de e 514 mil dólares americanos em crédito (PORTAL ANGOLA, 2014).

No terceiro ano, financiaram Duzentos e Quatros projetos empresariais aprovados, e financiaram um total de 600 milhões de dólares (cerca de 60 biliões de Kwanzas) foram concedidos aos micro e pequenos empresários (PORTALANGOLA, 2014)¹⁵.

Apesar do crescimento gradual do crédito do programa, ao entrar no último ano

¹¹<http://www.portaldeangola.com/2013/08/balanco-angola-investe-com> acessado 17/09/2016.

¹²<http://www.portaldeangola.com/2014/02/angola-investe-constitui-forte-instrumento-para-diversificar-economia/> acessado 17/09/2016.

¹³<http://www.portaldeangola.com/2013/12/angola-investe-com-mais-de-akz-30-biloes-para-financiamentos-aprovados/> acessado 17/09/2016.

¹⁴<http://www.portaldeangola.com/2013/08/balanco-angola-investe-com> acessado 17/09/2016.

¹⁵<http://www.portaldeangola.com/2014/02/angola-investe-concede-cerca-de-60-biloes-de-kwanzas-em-menos-de-dois-anos/> acessado 17/09/2016.

de balanço do programa, o financiamento estava muito abaixo do previsto, visto que os financiamentos aprovados ultrapassavam ligeiramente os 10% dos empréstimos previstos para os quatro anos (PORTALANGOLA, 2015).

Ao analisar esses dados o Dr. Carlos Rosado afirma que:

Em Angola, os balanços do que quer que seja são sempre satisfatórios. No mínimo. Comparando as metas traçadas na apresentação do Angola Investe com os resultados atingidos até agora, nem isso podemos dizer (PORTALANGOLA, 2015, s.p).

Isso acontece porque os bancos não possuem confiança, em relação aos micro e pequenos empresários angolanos (PORTALANGOLA, 2015)¹⁶.

O Governo angolano afirma que o insucesso do programa deve – se:

Os resultados, muito aquém das expectativas, são consequência de um sistema bancário sem sensibilidade e competência para acompanhar projetos no sector produtivo – a agricultura, as pescas, a pecuária” (PORTALANGOLA, 2015, s.p).

O especialista diz que:

"os bancos dizem que muitos dos projetos são de 5 milhões de dólares. Portanto, o banco não pode financiar 5 milhões de dólares há alguém que não conhece."(P1).

O outro especialista sugere que a solução para melhorar a situação dos financiamentos é:

"Na minha opinião talvez a nossa aposta seria concentrar esse tipo de crédito ao BAI, desculpa BAD um banco vocacionado a financiar atividades cujo retorno é de longo prazo indústria, agricultura, é uma proposta” (P2).

E os empresários confirmam dificuldade de acesso ao financiamento declarando que:

"Poucas são as vezes que isso acontece."(E4).

¹⁶<http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

"O banco fazer o crédito é preciso saber o rendimento do negócios, para saberem o que eles ganham, por exemplo, eles vão te fazer um crédito mas o teu negócio só rende 15 mil kwanzas não é vantajoso para eles" (E7).

"O acesso ao crédito é muito limitado, é complexo e é muito complicado de obter, a questão dos juros porque um micro e pequeno empresário é alguém que não tem uma capacidade financeira tão grande, ou mesmo a sua empresa não tem a pujança tão grande para fazer retorno aos níveis que são exigidos, temos um programa, o Angola investe é um programa bonito, muito bom, se tivéssemos adaptação a nossa realidade nacional, portanto, creio q o programa Angola investe é um programa bom, mas deveríamos pensar melhor, adequar melhor a nossa realidade e as necessidades dos nossos pequenos e micros empresários, porque são esses que interessam ao programa Angola Investe."(E1).

"Não, existe algumas questões burocráticas que fazem com que não haja essa facilidade de crédito" (E11),

No programa "A grande entrevista" da televisão pública de Angola, o prestigiado empresário angolano Melo Xavier, afirmou o seguinte acerca do Angola Investe "a maior parte das pessoas que converso vão para lá não conseguem absolutamente nada, então o que é que a gente vai fazer? Vamos estar a perder tempo?" (SAPO, 2016)¹⁷.

O presidente Associação da Indústria de Angola (AIA) observou que não há necessidade de excesso de zelo, por parte, dos bancos visto que Estado fornece garantias, Jose Severino dizendo que "Tratando-se de um programa do Executivo de incentivo às pequenas, médias ... Com um certo conforto, os bancos deviam ser mais flexíveis" (PORTALANGOLA, 2014, sp).

Através dos discursos acima podemos observar que o Angola Investe não se adequa a realidade angolana, e que há receio por parte dos bancos em financiarem os MPEs, o mesmo é justificado pela fragilidade em termos de gestão dos micro e pequenos

¹⁷<http://videos.sapo.pt/ErcU7nZdsQBIM0EY4Qbu> acessado 17/09/2016.

empresários (LIMA, 2001).

Sendo assim, o financiamento total do programa cifrou em 761 milhões de dólares americanos, pelo menos até julho do ano corrente, praticamente metade do que se estabeleceu, para ser disponibilizado anualmente, no início do programa em 2012 (PORTALANGOLA, 2015)¹⁸.

4.1.2.2- Formação

A formação dos micro e pequenos uns dos pressupostos do programa "Angola Investe", para transmite-los conhecimento necessário, em relação a gestão dos seus negócios. O governo destaca a instrução como aspecto chave, para o sucesso do Angola Investe, conforme o relato:

Tem que ver com o treinamento, formação e capacitação do empresariado nacional, que, por estarmos num momento de inversão de cultura empresarial, necessita de ser acompanhado e treinado para os novos desafios (PORTALANGOLA, 2015, sp)¹⁹.

O especialista Manuel Lourenço afirma que "Destaco a componente formação, prosseguiu, por ser a chave na implementação com o sucesso desejado desse projeto" (PORTALANGOLA, 2014, sp)²⁰.

Na pesquisa de campo o especialista revelou que:

"Os empresários diziam que não tinham formação, o Angola investe pelo menos do ponto de vista teórico tem formação para os empresários" (P1).

Os empresários afirmam que:

"Não tive nenhum treinamento aprendi por experiência de trabalho, já trabalhei em várias empresas que me deram experiência e decidi abrir o que é meu" (E3).

¹⁸ <http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

¹⁹ <http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

²⁰ <http://www.portaldeangola.com/2014/02/programa-angola-investe-abre-novas-oportunidades-ao-sector-productivo/> acessado 17/09/2016.

"... quem me meteu nesse mundo de negócios é o meu irmão ele já faz negocio a muito tempo, eu estava sem trabalhar puxou-me para fazer parte do negócio, para trabalhar com ele, e todo conhecimento do negócio recebi através dele"(E9).

"Não conheço, não houve formação para mim" (E10).

"Não, não houve, consigo gerir o meu negocio, por criatividade própria, investigando e baseando-me em certas cadeiras dada na universidade, tais como: investigação operacional, sobre tudo organização e estratégia empresarial."(E2).

"Infelizmente não houve"(E5).

"Não, não, não, nem pelo governo nem por conta própria, o que nos motivou a ter mesmo o empreendimento foi a necessidade"(E1).

"Não, foi tudo na base de conhecimentos por mim adquirido ao longos dos anos de formação acadêmica"(E11).

"Não, infelizmente, o estado disponibiliza valores para os empreendedores e não capacita na questão de planeamento financeiro, visão e estratégia de negocio"(E12).

"não tive formação, a nossa gerencia vem da vocação e experiência própria" (E14)

Podemos constatar que praticamente a dos empresários citados acima não possuem qualquer formação, por parte de do governo para gerirem os seus negócios. Apesar disso, segundo dados do INAPEM foram formados 63695 micro e pequenos empresários, sendo assim, o aspecto com maior sucesso do programa (MINEC, 2015)²¹.

O governo esta otimista e observa que a formação dos micro e pequenos empresários, tem obtido sucesso muito acima do estabelecido, que era de 10 mil empresários até 2015 (PORTALANGOLA, 2016).

²¹<http://www.minec.gov.ao/vernoticia.aspx?id=30294> acessado 17/09/2016.

4.1.2.3- Incentivo a produção nacional

O Angola investe tem como foco, o aumento da produção nacional, tendo em vista a diminuição das importações no país, o governo observa-o como "mecanismo fundamental de relançamento do sector produtivo em Angola" (PORTALANGOLA, 2015, s.p)²².

Os setores privilegiados inicialmente no programa foram: o setor primário (agricultura, pecuária, pesca e a indústria extrativa), setor secundário (indústria transformadora), setor secundário (serviços de apoio ao setor de produção). Ao longo do tempo o governo decidiu estender o programa a outros setores, como hotelaria, comércio e serviços (REDEANGOLA, 2013)²³.

O programa Angola Investe financiou já 419 projetos, segundo dados avançados pelo Ministério da Economia. Os projetos aprovados dividem-se da seguinte forma: na indústria 176 projetos, na agricultura 148 projetos, em serviços 55 projetos aprovados e na construção civil com 32 projetos aprovados, inicialmente o programa previa investir em 2000 projetos até 2015 (PORTALANGOLA, 2015)²⁴.

Nos projetos aprovados o governo angolano destaca o LN2, que beneficiou de 500 milhões de kwanzas, o projeto que promove a aquicultura criando peixes, na província de Bengo, no município das Mabubas (PORTALANGOLA, 2015)²⁵.

O quanto à melhoria da produção nacional especialista dizem que:

*"Eu não acredito que possamos fazer a diversificação da economia, com a prata da casa com os empresários nacionais, importantes são, vão ajudar a diversificação vão, mas eu sou defensor que o elemento decisivo para diversificação da economia angolana e o investimento direto estrangeiro."
(P1).*

²²<http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

²³<http://www.redeangola.info/bue-e-angola-investe-longe-dos-objectivos/> acessado 17/09/2016.

²⁴<http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-investe-disponibilizou-761-mil-milhoes-kz-para-419-projectos-aprovados/> acessado 17/09/2016.

²⁵<http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-investe-disponibilizou-761-mil-milhoes-kz-para-419-projectos-aprovados/> acessado 17/09/2016.

“Nós devemos fazer é diminuir os custos de operar em Angola, e quando eu falo de custos estou a falar de eletricidade por exemplo, um projeto de agronegócios não pode funcionar a base de geradores que é o caso de waku kungo, um grande projeto ambicioso mas funciona a base de geradores, encarece a produção (...) o custo de contexto, também temos que diminuir esse custo” (P2).

Angola Investe ao não atingir as metas estabelecidas em termos de projetos financiados, o programa também ficou aquém em termos de produtividade, o objetivo era manter o crescimento do país em entre 7% a 8,5%, o que não aconteceu, a literatura observa que países como Angola, em vias de desenvolvimento a contribuição das MPEs no PIB é baixo (GOMES, ALVES, FERNANDES, 2013).

Neste aspecto do incentivo a produção nacional, os problemas estruturais que país apresenta afetam também negativamente, sendo assim, cerca de 70% dos produtos consumidos em Angola são importados, como bens de consumo durável, alimentos e bens de capital (PORTALANGOLA, 2015)²⁶.

4.1.3- Políticas Regulatórias

4.1.3.1- Desburocratização

O Angola Investe em termos de desburocratização foi importante, com a aprovação da lei nº 30/11 que fundamento do programa, porque permitiu que as empresas fossem criadas em menor tempo e diminui a quantidade de documentos necessários para o mesmo (PORTALANGOLA, 2013)²⁷.

Os empresários quanto aos aspectos burocráticos afirmam que:

"A loja esta registrado no Estado sim, não tive dificuldade de registro" (E8).

"A nossa empresa esta registrada no INAPEM. Em termos burocráticos não, não há dificuldades uma vez que a empresa já esta cadastrada para fazer

²⁶<http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

²⁷<http://www.portaldeangola.com/2013/08/fundo-de-credito-emite-garantias/> acessado 17/09/2016.

esse serviço, então, não temos dificuldade." (9E).

"Nós fizemos o processo em 5 dias uteis, da seguinte maneira, um dia para criar a empresa, outro dia para fazermos o estatuto fomos percorrendo os passos, sem grandes percalços."(E1).

No entanto os problemas surgem a quando da operacionalização do negócio, principalmente para-se obter o alvará, os empresários dizem que:

"Há barreira burocráticas em relação aos alvarás comerciais, porque o negócio de restauração é necessário ter um alvará do Ministério da Hotelaria e turismo e outro do Ministério do Comércio. Os alvarás comerciais na área de restauração a pessoa para ter o alvará comercial é preciso receber 5 visitas" (E1).

"Porque tenho um tio que tem uma empresa e ele anexou a loja como a filial dele...Uso alvará dele"(8 E).

"Existe sim, pois a já um bom tempo que temos lutado para renovação do alvará comercial e não temos tido respostas positivas" (E11).

Nota-se claramente nas respostas acima, que o programa em termos burocráticos facilitou a criação das empresas, mas em termos de alvará os micro e pequenos empresários ainda encontram certas dificuldades. Ou seja, em termos regulatórios tem havido mudanças positivas significantes (GOMES, ALVES, FERNANDES, 2013).

4..1.3.2-Diminuição da informalidade

Este sub-tópico apresenta descrição dos dados com base em pesquisa documental, porque somente obtemos dados documentais confiáveis.

A diminuição da informalidade é um dos objetivos do "Angola Investe", sendo assim, formulou mecanismo para os micro e pequenos empresários se inscrevessem no INAPEM. A dificuldade de inscrição foi uma das dificuldades encontradas no programa

(PORTALANGOLA, 2013).²⁸

A certificação é um dos requisitos para acessar aos benefícios do programa, após a inscrição os MPEs podem candidatar-se ao financiamento, até princípio de 2013 nem todas as províncias tinham o INAPEM, isso dificultou a aderência ao programa de várias empresas desse tipo (PORTALANGOLA, 2014).²⁹

No primeiro ano do programa houve um total de 5587 empresas inscritas, no ano a seguir reduziu para 2709, ou seja, houve um decréscimo significativo no número de MPEs inscritos (PORTALANGOLA, 2014).³⁰

Essa redução de números de empresas inscritas continuou nos posteriores, por exemplo, até 2014 estavam previstas 50.000 inscritos, mas na realidade só se inscreveram no INAPEM 10.000 empresários. Último balanço realizado pelo Ministério da Economia aponta para um número de 11347 empresas inscritas (PORTALANGOLA, 2016).

Podemos concluir com base os dados acima, que várias empresas se formalizaram para se inscreverem ao INAPEM, no sentido de conseguirem os benefícios, que essa instituição oferece as MPEs, mas claramente observa-se que o "Angola Investe" não atingiu as metas estabelecidas, em termos de redução da informalidade em Angola.

4.2- Desenvolvimento Incluyente

4.2.1-Auto- emprego

O objetivo do governo ao apoiar as MPEs foi sem dúvidas diminuir o desemprego, o "Angola Investe" propôs criar 300.000 novos empregos, por exemplo,

²⁸ <http://www.portaldeangola.com/2013/08/fundo-de-credito-emite-garantias/> acessado 17/09/2016

²⁹ <http://www.portaldeangola.com/2014/02/programa-angola-investe-uma-longa-estrada-que-esta-por-percorrer/> acessado em 17/09/2016

³⁰ <http://www.portaldeangola.com/2014/04/atraso-nos-beneficios-do-angola-investe-pode-travar-financiamento-a-novos-projectos/> acessado em 17/09/2016.

(PORATALANGOLA, 2013)³¹, apesar das dificuldades que o programa atravessa observamos no discurso do micro e pequenos empresários, a importância desse tipo de empresas em termos de fomento de empregos:

"tenho 3 funcionários no meu salão"(E3).

"Como vê esse é uma micro com 5 funcionários"(9E).

"Na minha empresa trabalham 11 funcionários"(E2).

"Sempre foi meu sonho gerar empregos para outras pessoas"(E10).

"2 funcionários atualmente"(E5).

"Nós temos 3 funcionários"(E1).

E afirmam que o auto emprego é um dos motivos para obterem o seu próprio negócio:

"Sim influenciou, sobre tudo no contexto atual do nosso país, onde a crise econômica, gerou o despedimento de muitos funcionários, devido a baixa de produtividade, sobre tudo no sector petrolífero, talvez também faria parte do grupo que foram despedidos , no setor petrolífero, uma vez que e a minha área de formação" (E2).

"quero ser dono do meu próprio negocio exatamente isso" (E3).

"de certa parte sim, outra foi pela dificuldade de conseguir um emprego" (E5).

"Também, também a ideia de trabalhar para si mesmo, não ter patrão eu acho que estimula muitos jovens" (E1).

"sim, em 1990 não ouvíamos a expressão empreendedorismo, mas pensávamos no auto emprego"(E13).

Como o governo espera as micro e pequenas empresas são importantes para a redução do desemprego, sendo assim, são fundamentais para o desenvolvimento

³¹<http://www.portaldeangola.com/2013/10/benguela-governo-e-empresarios-debatem-programa-angola-investe/>

includente que Sachs (2008) propõe.

4.2.2- Auto consumo

O governo angolano estabeleceu o programa "Angola Investe", como elemento importante para a criação de riqueza em Angola (PORTALANGOLA, 2015)³², e consequentemente de aceleração de consumo.

Os micro e pequenos entrevistados afirmam que:

"Em termos de renda e consumo de facto a loja mudou sim...ajuda sim financeiramente ajudou bastante"(E8).

"Sim o negocio permitiu o aumento do consumo da minha família, o crescimento do negocio, gerou o aumento e diversificação de produtos e por sua vez o aumento do consumo."(E2).

"sim, O negócio permitiu que aumentasse o consumo da tua família"(E5).

"Sim, aumentou o meu poder de consumo"(E1).

"afirmativo antes desta fase econômica, que angola vive tivemos anos tranquilos em termo de lucros e uma renda boa" (E14)

Analisando os discursos podemos afirmar que as MPEs, são importantes no sentido de promover o auto consumo (SACHS, 2008).

4.2.3- Trabalho Decente

O "Angola Investe" foi implementado, no sentido de melhorar o funcionamento das MPEs, sendo assim, é uma ferramenta para melhorar os ambiente em que elas atuam. (PORTALANGOLA, 2013). Os empresários através desse programa encontrariam as soluções dos seus problemas.

Os empresários dizem que:

³²

<http://www.portaldeangola.com/2015/02/programa-angola-investe-concede-mais-de-64-bilhoes-de-kwanzas-em-credito/>

"Entendo essa atividade decente porque é muito bom ter sempre que é nosso"(E3).

"Ter sempre o teu negocio é algo do teu suor é algo decente"”(E8).

"Sim constitui o mesmo que alcançar um trabalho decente, pois o faço e o mesmo, velando um desenvolvimento sustentável." (E2).

"Ao meu ver sim, possuir o teu próprio negócio para ti é mesmo que alcançar um trabalho decente" (E5).

"Abrir o próprio negócio é um trabalho decente sim"(E1).

Podemos constatar que para os MPEs possuir o próprio negócio, é interpretado como trabalho decente conforme Sachs (2008), verifica como necessário para o desenvolvimento Includente.

4.2.4-Lazer

Para Sachs (2008) o lazer é um requisito, para que haja desenvolvimento includente. Os micro e pequenos empresários responderam da seguinte forma, o reflexo de serem donos dos seus próprios negócios no lazer:

"Ter próprio negocio posso dizer que dá mais tempo, dá mais tempo para fazer outras coisas, dá mais tempo para se dedicar em outras coisas que também pretendo adquirir" (E3).

"Ter próprio negócio me deu mais tempo livre" (E10).

"Sim permitiu, Ha maior facilidade em lidar com o tempo" (E2).

“permitiu, programar o meu tempo adequando-o as minhas necessidades” (E13).

Outros dizem que:

"Próprio negócio tempo para lazer reduziu bastante" (E8).

"Não. pelo contrario, esse negócio não permitiu que tivesses mais tempo livre para lazer" (E5).

Quanto ao lazer há contradições em relação os efeitos positivos de ter negócio próprio, em relação a esse quesito. Para alguns empresários é positivo para o lazer e para outros não, sendo assim, não podemos afirmar que as MPEs são importantes para promover o lazer, que é item importante para promoção de desenvolvimento includente segundo Sachs (2008).

4.3 - Análise conjunta dos dados

Os resultados da pesquisa indicam que o "Angola Investe" não resultou, em diminuição da pobreza e da desigualdade. O programa possui pequenas falhas na sua concepção e outros fatores específicos do mercado, como Rocha (2008) relatou angolano levaram que o mesmo não atingisse as metas estabelecidas. O desconhecimento do perfil dos micro e pequenos empresários em Angola, por parte do governo angolano teve um efeito extremamente negativo na implementação do programa (BARONE, ZOUAIN e OLIVEIRA, 2007).

Os dados obtidos revelam um crescimento insignificante da influência das MPEs na economia angolana, sendo assim, o "Angola Investe" não resultou na diversificação da economia, ou seja, ainda dependemos da indústria petrolífera e diamantífera em termos de exportações e principais fontes de divisas do país. O mesmo acontece em termos de participação no PIB e nas receitas fiscais, essa realidade fez com que o programa não mitigasse o impacto do decréscimo da renda per capita, nos últimos dois anos, propriamente a partir de 2014 até o momento atual, com a queda do preço do petróleo bruto nos mercados internacionais (INE, 2016).

A diversificação da economia através do "Angola Investe" é uma realidade distante, a dependência da economia na indústria petrolífera e diamantífera continuará por vários anos, como Santos (2015) observa. Em termos de empregos diretos e indiretos criados pelo programa de 2012 até o momento atual, está muito aquém da meta estabelecida pelo programa, a capacitação técnica exigida para a implementação dos projetos que o programa prioriza, é muito elevada para a realidade de Angola. A maior

parte da mão de obra no país é de baixa qualificação, observando esse detalhe os projetos exigidos aos micro e pequenos empresários deveriam explorar essa força de trabalho, o que não acontece e isso encarece o custos de produção (PORTALANGOLA, 2016).

O acesso ao financiamento no programa “Angola Investe” condiciona muito o sucesso do programa, há um conflito de interesses entre os bancos o governo e os micro e pequenos empresários. Os bancos dizem que geralmente os micro empresário apresentam projetos fracos, isto é consequência do desconhecimento por parte dos micro e pequenos empresários, dos requisitos necessário para acessarem o financiamento através do “Angola Investe”, coincidindo com o que relata João (2014).

O financiamento torna-se difícil porque a maioria dos micro e pequenos empresários, não possuem as condições técnicas necessárias para elaborarem os projetos, que os bancos não depositem confiança na gestão dos micero e pequenos empresários. A baixa qualificação se reflete em baixa capacidade de gestão, plano de negócio inexistente e ausência demonstrações contábeis, por parte da maioria deles, como sugere Alves (2013).

O “Angola Investe” contempla formação para os micro e pequenos empresários, mas não reduziu a debilidades dos mesmo. Embora que a formação é visivelmente, um dos aspectos que mais sucesso apresenta no programa, em termos quantitativos (PORTALANGOLA, 2016).

O “Angola Investe”, em termos de incentivo à produção nacional, foi um estímulo importante para o aumento da produção (agricultura, pecuária, pesca, indústria extrativa, comércio, construção, marcenaria, etc.) (JOÃO, 2014). Mas insuficiente para atender à demanda do país. Dados oficiais demonstram que cerca de 70% de bens duráveis, alimentos e bens de capitais consumidos em Angola são importados (INE, 2016).

Quanto a burocracia e a diminuição da informalidade, as MPEs reduziram significativamente em termos de abertura de novas empresas, impulsionado pelo programa "Angola Investe", pode-se verificar nitidamente no discurso dos empresários e nas inscrições deste tipo de empresas no INAPEM. Muitas empresas formalizaram-se

para se inscreverem no INAPEM, com o objetivo de obterem os benefícios que esta instituição oferece as MPEs (PORTALANGOLA, 2016).

Observa-se que após a constituição das MPEs, a obtenção do alvará ainda tem sido difícil, mas é importante salientar que a estratégia do governo, em oferecer benefícios às empresas que se inscrevem no INAPEM, tem obtido resultados satisfatórios. A burocracia e a informalidade ainda dificultam o desenvolvimento das MPEs em Angola (SANTOS, 2015), mas o “Angola Investe” gradualmente tem reduzido o impacto negativo desses dois aspectos, os empresários principais beneficiados reconhecem a relativa melhoria.

Utilizando o modelo de Costa e Castanha (2003), Modelo lógico para analisar o “Angola Investe”, chegamos aos seguintes resultados:

Quadro3 - Análise conjunta do Angola Investe

OBJECTIVO	VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS NECESSÁRIOS	MÉTODO DE COLETA	Resultado
Diversificação da economia	Volume de exportação das MPES	Participação nas exportações	Dados sobre exportações das MPES	Documental(INE, e PA) e de campo (Entrevistas)	Muito abaixo do esperado insignificante
Empregos Direto/Indireto	Empregos criados pelo programa	Numero de empregos previstos	Mercado de trabalho	Documental (PA)	Muito abaixo do esperado
Renda Per Capita	Volume de receitas anual	Participação no PIB	PIB do país por sector	Documental (INE e PA)	Muito abaixo do esperado Insignificante
Acesso ao Financiamento	Recursos disponibiliza do pelo programa	Crédito previsto pelo programa	Total de recursos financiado pelo programa	Documental(INE e PA) e de campo (entrevistas)	Muito abaixo do esperado
Formação	Empresários(MPes formados)	Número de empresário formados previstos	Formações realizadas pelo INAPEM	Documental (PA) e de campo (entrevistas)	Muito acima do esperado
Produção Nacional	Volume da produção das MPES	Produção das MPES	Produção nacional por setores	Documental (INE e PA) e campo entrevistas	Muito abaixo do esperado insignificante
Desburocratização	Criação e operação das MPES	Tempo de criação e operação da empresas	MPES criados e operando	Documental (INE e PA) e campo (entrevistas)	Melhoria significativa na criação e problema para começar operação
Diminuição da Informalidade	Números de MPES formalizadas	MPES formalizados	Empresas Inscritas no INAPEM	Documental (INE e PA) e campo (entrevistas)	Aumento gradual da formalização em níveis aceitáveis

Fonte: Modelo de Costa e Castanha (2003, p.978) adaptado ao Angola Investe.

Depois da análise podemos observar que o “Angola Investe” é um fracasso, tanto a pesquisa documental como as entrevistas convergem em relação a isso. Como

os trechos a seguir revelam:

O diretor do INAPEM disse sobre o programa que “as iniciativas não funcionaram, e que neste momento estão aquém das expectativas de todos os intervenientes” (PORTALANGOLA, 2016, s.p).

Os especialistas disseram:

“O problema é a aplicação. Se olharmos para o Angola investe a aplicação, o programa Angola investe e um fracasso” (P1).

“Angola Investe é mal concebido (...) repare o angola investe tem um problema em partida, que ainda não lhe disse quem financia são os bancos, o Estado não deu nenhum dinheiro aos bancos, é negócio dos bancos” (P2).

Os empresários disseram que:

“O Angola Investe para o meu negócio não sei o significado, pelo menos até agora não vejo nenhum significado, porque não tem me ajudado mesmo em nada” (E7).

“O programa Angola investe é um programa bom, mas deveríamos pensar melhor, adequar melhor a nossa realidade e as necessidades dos nossos pequenos e micros empresários, porque são esses que interessam ao programa Angola Investe” (E1).

O investimento em MPEs como agentes do desenvolvimento includente, conceito desenvolvido por Sachs (2008), é viável visto que nas entrevistas realizadas aos micro e pequenos empresários indicam, que o fato de possuírem as suas empresas preenchem os requisitos de: auto emprego, auto consumo, trabalho decente e lazer, apontados por Sachs (2008) com elementos do desenvolvimento includente.

Autores, como Schwingel e Rizza (2013), apontam as MPEs como fatores importantes para o desenvolvimento inclusivo, mas nesta pesquisa podemos observar

que essas empresas podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento incluyente (SACHS, 2008).

O “Angola Investe” não permitiu que as MPEs diversificassem a economia e aumentassem a produção nacional, sendo assim, a economia angolana continua dependente da indústria petrolífera, e o consumo interno maioritariamente é de produtos importados.

5- CONCLUSÕES

A pergunta de pesquisa foi parcialmente respondida pelos dados coletados através dos documentos e entrevistas. O programa “Angola Investe” como o fomentador de MPEs em Angola ainda não atingiu as metas estabelecidas, mas é prematuro falar sobre sucesso ou insucesso do programa, visto que esta nos primeiros anos de sua implementação.

O programa estabeleceu como meta os seguintes aspectos: diversificação da economia, aumentar os empregos diretos e indiretos, aumentar a renda per capita do país, facilitar o acesso ao financiamento, apostar na formação dos micro e pequenos empresários, incentivar a produção nacional, diminuir a burocracia e diminuir a informalidade.

Desses aspectos as que tiveram certo sucesso foram a formação e a diminuição da burocracia, os demais atingiram resultados muito abaixo do esperado. O que está por trás desse atraso no alcance das metas, é o que denomino de problemas inerentes ao programa e ambiente de negócio.

Os problemas inerentes ao programa são aqueles relacionados com o próprio programa, observamos que o “Angola Investe” possui problemas na sua concepção. O governo demonstrou que não conhecia o perfil dos micro e pequenos empresários, o funcionamento do “Angola Investe” exclui inicialmente grande parte dos micro e pequenos empresários. Sendo os problemas primários são: a) seleção adversa, b) conflito de interesses em termos de financiamento, c) privilegia projetos que exigem mão de obra qualificada d) exigência de garantia elevada as MPEs.

a) Seleção adversa

O “Angola Investe” exclui a maior parte dos micro e pequenos angolanos, favorecendo aqueles que possuem acesso à informação e capital, excluindo assim os que não possuem acesso à informação e capital. As nossas MPEs maioritariamente são geridas por empresários que não tem acesso à informação e capital. Eles são empresários de estilo de vida, como os Gomes, Alves, Fernandes (2013) relatam. Sendo assim, as MPEs que conseguiram acessar o programa são aquelas já estabelecidas no mercado, o programa não observou corretamente o perfil do micro e pequeno empresário angolano (GOMES, ALVES e.FERNANDES, 2013) e (SCHLEMM et al, 2007).

b) Conflito de interesses em termos de financiamento

A responsabilidade do financiamento dos projetos é dos bancos, isto gera conflito de interesse, porque o Estado angolano não disponibilizou verbas para o “Angola Investe”. Os bancos como instituições com fins lucrativos defendem sempre os seus interesses, e é mais rentável para eles vender o seu dinheiro a juros altos, sendo que o programa limita o mesmo a 5% (LIMA, 2001).

c) Privilegia projetos que exigem mão de obra qualificada

O programa privilegia atividades que exigem mão de obra qualificada, sabemos que a sociedade angolana é constituída maioritariamente, por pessoas com baixa qualificação. Os micro e pequenos empresários confrontam-se com dificuldade, em dar andamento dos projetos, por causa desse aspecto, e muitos são obrigados a exportar mão-de-obra encarecendo o custo de produção, em certas ocasiões é mais barato importar produtos do que produzir no país.

d) Exigência de garantia elevada as MPEs

O programa estabelece como financiamento mínimo 200 mil dólares, e a garantia exigida são de 30% do valor financiado, com financiamento de 200 mil dólares, o empresário deve possuir um patrimônio de 60 mil dólares. Esse aspecto torna-se negativo para o programa, porque a maior parte dos micro e pequenos empresários não possuem um patrimônio dessa dimensão (GARÓFA, 2009).

O que denominamos de problemas do ambiente de negócios são aqueles que não estão relacionados diretamente ao “Angola Investe”, podemos citar: a) falta de infraestrutura e b) especificidade do mercado angolano.

a) Falta de Infraestruturas

A falta de infraestrutura é um dos fatores que condiciona o bom desempenho do “Angola Investe”, isso se observa claramente na concentração dos projetos aprovados, nas províncias de Lunda e Benguela, porque elas possuem mais infraestruturas em comparação as outras províncias. A debilidade na distribuição da energia elétrica, a fraca rede de logística e debilidades nas telecomunicações, diminui a viabilidade de muitos projetos (ROCHA, 2014).

b) Especificidade do mercado angolano

Angola é um país que fez a transição da economia centralizada para a economia de mercado, nos anos 90, por essa razão o mercado angolano é interligado a política, ou seja, há uma excessiva intervenção do governo nos mercados. Esse aspecto diminui a competitividade do mercado, e condiciona o acesso ao mercado de novos empresários, como relatou (FILHO e CHIMBULO, 2014).

Ao observarmos esses aspectos podemos concluir que programas de fomento a MPEs em Angola atualmente, devem privilegiar projetos que utilizam preferencialmente mão-de-obra de baixa qualificação e as mesmas devem-se adequar aos problemas de mercado e infraestruturais que o país apresenta, os mesmo devem utilizar formas de financiamento que atendam as necessidades das empresas (LIMA, 2001). As MPEs sendo veículos importantes para o desenvolvimento includente (SACHS, 2008), o governo tem que priorizar as políticas para o seu fomento. Porque o país só conhecerá desenvolvimento quando o crescimento econômico se refletir, em mais emprego e melhor distribuição de renda (SACHS, 2008).

5.1- Sugestões

Os sucessivos fracassos das políticas de fomento as micro e pequenas empresas sugerem, que há necessidade de estudo dos critérios e os métodos utilizados, pelas as pessoas responsáveis na elaboração dessas políticas. Há necessidade também de se estudar qual seria o órgão responsável pelo financiamento, porque o modelo

utilizado pelo “Angola Investe” não funcionou. O Banco de Desenvolvimento Angola (BDA) pode ser o órgão responsável pelo financiamento, a semelhança do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que possui uma carteira especial para o financiamento das MPEs.

O estudo sobre o perfil dos micro e pequenos empresários em Angola deve ser periódico, na elaboração do programa “Angola Investe” observa-se claramente, o desconhecimento do perfil dos empresários. A necessidade de desburocratizar de concessão de alvarás que facilitem a operação das MPEs, um estudo em relação a isto deve ser realizado.

A cooperação entre o INAPEM e o SEBRAE seria de mais valia para o país, porque o SEBRAE tem larga experiência em termos de MPEs, tais como em relação a desburocratização e consultorias.

Referencias bibliográficas

ALA-HARJA, M; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALVES, Teresa. Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: a percepção de gestores de PMEs de Luanda e de Lisboa. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 5, n. 2, 2013.

ANGOLAPRESS, Notícias: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/4/19/AngolaTaxa-desemprego-porcento-nivel-nacional,d13ddfcf-d854-4a22-ac80-ff437dad1826.htm acessado em 26/05/2016..

AMBROSIO, H. S. A. Posição do Crescimento do PIB de Angola na SADC ante e após a Crise de 2008 e Efeitos na Economia da Região e do país, **Intratextos**, 5(1): 42-63, Rio de Janeiro, 2013.

AGUIAR, V. R. L; MEDEIROS, C. M. Entrevistas na pesquisa social: O relato de um grupo de focos nas licenciaturas, **Educere**, Paraná, 2009.

AZEVEDO, J. G; LEONE, R. J. G. Práticas de gestão financeira em micro e pequenas empresas: um estudo descritivo em indústrias de castanha de caju do Estado do Rio Grande do Norte. Rev. **Ciência. Administração**, v. 17, n. 1, p. 55-83, jan./abr, Fortaleza, 2011

ALVES, T. Utilidade da informação financeira na tomada de decisão: a percepção de gestores de PMEs de Luanda e de Lisboa. Rev. **Contabilidade e Controladoria**, 5(2). Curitiba, 2013.

AGENCIA NACIONAL DE INTIMENTO PRIVADO, <http://www.anip.co.ao/index.php?pag=conteudos&id=67>, acessado em 19/10/15.

BARONE, F. M; ZOUAIN, D. M; OLIVEIRA, F. B. . Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação de políticas de estímulo ao empreendedorismo. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, v.

41, p. 797-807, 2007.

BANERJEE, A; KARLAN, D; ZINMAN, J. (2015c). Six randomized evaluations of microcredit: introduction and further steps. *American Economic Journal: Applied Economics*, 7(1), 1-21.

BABY, A. I. Um retrato do Empreendedorismo em Malanje-Angola: análise de negócios criados entre 2008-2012. 2014. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 7, 1977.

BACATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. As regiões ganhadoras. *Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Portugal: Celta, 1994.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. O novo debate regional: posições em confronto. In: (Orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Portugal: Celta, 1994.

BAUER, M. W; GASKELL G. (Orgs.) (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes (Original publicado em 2000).

BARROSO, A. L. R. Instrumentos de pesquisa científica qualitativa: vantagens, limitações, fidedignidade e confiabilidade, *Rev. Digital Buenos Aires*, ano 17. N 172, Sep, Buenos Aires, 2012.

BANCO INTERNACIONAL DE CRÉDITO. Angola: Imperativo- Acelerar a diversificação, BIC, Lisboa, 2015.

BANCO MUNDIAL, <http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>, acessado em 16/10/2015.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais, Tese, *Rev. Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política*,

Santa catarina, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Htp, www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07. São Paulo, Brasil, 2008. acessado em 05/03/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?, Rev. **Novo Estudo CEBRAP**, n 86, Mar, São Paulo, 2010.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BUZA, J. L. C. No Fútila, no Mayombe: modernidade, desenvolvimento e riscos no tempo de paz em Cabinda-Angola. 2011.

BARONE, F. M; ZOUAIN, D. M ; CRUZ, S. M. Empreendedorismo, inclusão social e os pequenos negócios no Brasil. Revista da Gama e Souza, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 49-57, 2005.

BRUNDTLAND, G. H et al. Our Common Future, ONU, New York, 1987.

CASTRO, T. G; DANIEL, A; SARRIERA. J. C. Análise de Conteúdo em Pesquisas de Psicologia, Rev. **Psicologia Ciência e Profissão**, Rio Grande do Sul, 2011, 31(4), 814-825.

CARVALHO, T. O Perfil das Empresas Portuguesas com Relações Comerciais no Mercado Angolano. Dissertação Mestrado, Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE CARREGADORES, Boletim de informação II trimestral, Luanda, 2015.

COOKE, B. The Managing of the (Third) World. **Organization**, 11(5), 603-629, 2004.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

COWLING, K; TOMLISSON, P. Globalisation and Corporate Power, Contribution to **Political Economy**, 24, p. 33-54, 2005.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA COMERCIO E DESENVOLVIMENTO.

Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, ed 1, ONU, New York e Genebra. 2013.

COTTA, T. C. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Revista do Serviço Público, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

COSTA a, L. M. Desenvolvimento sustentável no Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio: demolindo mitos e barreiras, **Rev. Administração Pública**, Rio de Janeiro, 49 (6), 1353-1373, nov/dez, 2015.

CAMPBELL, D.T; FISKE, D.W. 1959. Convergent and discriminant validation by the multitrait - multimethod matrix. *Psychological Bulletin*, 56(2):81-105.

DE CASTILHO, J. M. et al. O desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: as suas inter-relações socioespaciais. 2009. 214 f. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),Recife.2009.

DRUCKER, P. F. The effective decision. **Harvard Business Review**, v. 45, n. 1, p. 92-98, Jan./Feb, Boston,1967.

DE FÁTIMA SOUSA, Graciele; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Política industrial e evolução das exportações das empresas de pequeno porte brasileiras nos anos 2000. In: Lecturas seleccionadas de la XIX Reunión Anual Red Pymes Mercosur, Campinas, 2014, p. 59.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DOMINGOS, J. C. (2014). A importância da floresta indígena e exótica no desenvolvimento económico e social de Angola: situação actual e potencialidades, dissertação, Universidade de Évora, Porto, 2014.

DOCPLAYER,

<http://docplayer.com.br/2559671-Empreendedorismo-experiencias-de-angola.html>,

acessado em 20/10/15

DUARTE, R. Reflexões Sobre o Trabalho de Campo, **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

DUNNING, J. Is Global capitalism Morally Defenssible? *Contributions to **political Economy***, 24, p. 135-151, 2005.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. 2006. O planejamento da pesquisa qualitativa. Porto Alegre, Penso, 432 p.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, M. Realeconomie e realpolitik nos Recursos Naturais em Angola, **Rev Relações Internacional**, Lisboa, 2005.

FONTOURA, Y. S. R; GUEDES, A. L. M. Transferência de política: Do Protocolo de Cartagena à Política Nacional de Biossegurança. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 47, n. 1, p. 3-21, 2012.

FISCHER, T. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação, ed. Casa da Qualidade, Salvador, 2002.

FILION, L. J. The Strategy of Successful Entrepreneurs in Small Business: Vision, Relationships and Antecipatory Learning. Ph.D. Thesis, University of Lancaster, 1988.

FIGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteira**, vol 2, Ago, São Paulo, 2014.

FURTADO, Celso. "O mito do desenvolvimento econômico, Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

FILHO, A. G; Chimbulo A. E. S. Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A Trajetória da Mudança de Modelos, **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XVI Nº 29 Dez, Salvador, 2014

FRANCISCO, A. A. C. A Política Externa de Angola Durante a Guerra, Dissertação, Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2013.

FREUDENTHAL, A. Voz de Angola em Tempo de Ultimato, **Rev. Estud. Afroasiat**, vol.23 n. 1, Jan/Jun, Rio de Janeiro, 2001.

GARÓFALO, G, L. As micro e pequenas empresas em um contexto de desenvolvimento econômico - Realidade brasileira e confronto com Portugal, congresso XXIII ASEPELT GLG, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, J. Questões sobre a História Econômica de Angola Da fundação de Luanda ao começo do ultra-colonialismo, CEID, Doc n.50, Out, Buenos Aires, 2010

GOMES, ALVES & FERNANDES. FVG. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micros e Pequenas Empresas, São Paulo: FGV, 2013.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO,NOTÍCIA<http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2015/06/pela-segunda-vez-capital-africana-e-eleita-cidade-mais-cara-do-mundo.html> acessado em 04/02/2016.

GLOBO,NOTÍCIA<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/economia-de-angola-de-vera-crescer-82-em-2012-diz-relatorio.html>. acessado em 04/02/2016.

GUANAES, C; JAPUR, M. Grupo de Apoio com Pacientes Psiquiátricos Ambulatoriais em Contexto Institucional: Análise do Manejo Terapêutico, **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, 2001, 14(1), pp.191-199.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GRAPEGGIA et al. Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina, **Rev. Produção**, v. 21, n. 3, p. 444-455, jul./set. Florianópolis, 2011.

Instituto Nacional de Estatística, Dados<http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine>

acessado em 11 de outubro de 2016.

HELDER, R. R. *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

INVESTIR home, http://www.investirem.com/2013/03/angola-investe-financiamento_empresas.html acessado em 02/02/2016.

JATOBÁ, A. C. M. O. Desenvolvimento Humano: uma relação com acesso à justiça, **Revista CEJ**, Ano XIX, n. 66, p. 21-28, maio/ago, Brasília. 2015.

JOÃO, Manuel Raúl. Estudo do empreendedorismo no sistema de ensino em Angola caso da província do Kuanza Sul, Tese de Doutorado, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2014.

JOSÉ, J. A Política Externa de Angola: Novos Regionalismo E Relações Bilaterais com o Brasil, Tese Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KUZNET, S. S. Economic growth and income inequality, **American Economic Review**, vol.45, Março, 1955: 1,3-6, p. 17-26.

Karlan, D. & Goldberg, N. (2011). Microfinance evaluation strategies: notes on methodology and findings. *The Handbook of Microfinance*, pp. 17-58.

LOPES, C. M; RODRIGUES C. U; SIMAS G. A Caminho da Cidade: Migração interna, urbanização e saúde em Angola, Observatorio ACP de emigrações, Lisboa, 2013.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. *Naturalistic inquiry*: Sage, Londres, 1985.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

LABRA, M. E. Apontamentos para responder à questão: "as origens contratualistas das recentes teorias: ações sobre o neocorporativismo". **Rev. Administração Pública**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1990.

LEMOS, C. *Inovação para Arranjos e Sistemas Produtivos de MPME*. Rio de Janeiro IE/UFRJ, outubro de 2001.

LIMA, E. O. As Definições de Micro, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras como Base para a Formulação de Políticas Públicas, ANAIS DO II EGEPE, p. 421-436, Londrina/PR, Novembro/2001 (ISSN 1518-4382).

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES. Caminhos do Pensamento: Epistemologia e Método, Ed FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2008.

MENDES, A. I. , M. Empreendedorismo e crescimento económico: o caso de Angola. 114 f. Dissertação de Mestrado Universidade do Minho, Minho. 2014.

MALIK et al. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência, Relatório PNUD, New York, 2014.

MAANEN, J. V. Reclaiming Qualitative methods for Organizational Research: a preface. In **Administrative Science Quarterly**, vol. 24, n 4, Dec, p. 520-526, 1977. <http://dx.doi.org/10.2307/2392358> Acessado 18/04/2016

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, Exame nacional 2015 da Educação para Todos, MED, Luanda, 2014.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, MINFIN, Luanda, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MALIK et al. Avaliação da contribuição do PNUD para os resultados de desenvolvimento de Angola, PNUD, New York, 2013.

MORAES, R. Uma Tempestade de Luz: A Compreensão Possibilitada pela análise textual discursiva. A storm of light: comprehension made possible by discursive textual analysis, **Rev. Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, Rio Grande do Sul, 2003.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa- Características, Usos e Possibilidades, **Caderno de**

Pesquisa em Administração, vol. 1, n. 3. 2 Sem, São Paulo, 1996.

OBSERVADOR,

HOME

<http://observador.pt/2015/04/30/combustiveis-voltam-a-aumentar-em-angola-e-gasolina-passa-a-regime-de-preco-livre/> acessado em 04/02/2016.

OLIVEIRA, R. R et al. Estudo multicasos e de análise de aglomerado acerca do processo de internacionalização de pequenas empresas. **Revista de Contabilidade** do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2010.

OPEN SOCIETY INITIATIVE OF SOUTHERN AFRICA .**Avaliações** das operações da indústria petrolífera em Angola, relatório científico, OSISA, Cabinda, 2013.

OLIVEIRA, C. T. F ; ZOUAIN, D, M . Políticas públicas, ética, pluralismo metodológico e o Plano Nacional de Turismo. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração** (UFF), v. 7, p. 76-91, 2013.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2014/02/programa-angola-investe-e-adequado-ao-empresariado-nacional-aia/> acessado 17/09/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Desencadeando o empreendedorismo- O poder das empresas ao serviço dos pobres, ONU, New York, 2004.

OPAÍS, <http://opais.co.ao/13393/> acessado em 20/11/2015.

PASE, Hemerson L.; SANTOS, Everton R. Capital social e políticas públicas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2011. v. 1, p. 69-93.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-investe-disponibilizo-u-761-mil-milhoes-kz-para-419-projectos-aprovados/> acessado 17/09/2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Programa de apoio ao desenvolvimento do sector micro e pequeno empresarial angolano, Relatório Científico PNUD, Luanda, 2011.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2013/08/fundo-de-credito-emite-gara>

ntias/ acessado 17/09/2013.

Pedroso, S. "GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL-CONFECÇÕES NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA (2000 A 2006).", dissertação, Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2008.

PORTER, M. The comparative advantage of nations, Nova York: Free Press, 1998

PORTAL CIDADÃO, Notícias <http://www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=27560> acessado em 22/02/2016.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2015/10/angola-investe-disponibiliza-761-mil-milhoes-kz-para-419-projectos-aprovados/> acessado 17/09/2016.

PORTALANGOLA:<http://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-from-agriculture> acessado 17/09/2016.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2015/03/longa-vida-ao-angola-investe/> acessado 17/09/2016.

PORTALANGOLA,HOME<http://www.portaldeangola.com/2015/09/angola-40-anos-o-de-semprego-em-angola/> acessado dia 04/02/2016.

PAIN, R. S. Desafios da Participação Social em um País de Conflito Agudo: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), tese, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, M. F. et al. Fatores de Inovação para a Sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas no Brasil, RAI - **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009.

PUREZA, J. M et al. As Novas Operações de Paz das Nações Unidas: Os Caso de Angola, Timor Leste e Moçambique, Relatório científico CES. Coimbra, 2007.

PAUTASSO, D. A Economia Política Internacional da china para Angola e os Caminhos da Transição Sistemática, **Revista Século XXI**, V. 1, Nº1, jan-dez, Porto Alegre, 2010.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2014/02/programa-angola-investe-uma-longa-estrada-que-esta-por-percorrer/> acessado 17/09/2016.

PADUA, M. N; BRAGA FILHO, H. ECONOMIA INTERNACIONAL: O COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2000 A 2009. Revista Eletrônica de Debates em Economia, v. 2, n. 1, 2014.

PEÑALOZA, V; FIGUEIREDO, F. C. Fatores que Influenciam a Estrutura de Capital em Micro e Pequenas Empresas, **Rev. Pretexto**, v. 12 n. 1 p. 9 - 28 jan. /mar, Belo Horizonte, 2011.

PORTALANGOLA:<http://www.portaldeangola.com/2013/12/angola-investe-com-mais-de-akz-30-biloes-para-financiamentos-aprovados/> acessado 17/09/2016.

QUILAÇA, S. M. O papel do Inapem no fomento do empreendedorismo na provincia do Kwanza Norte-Angola. 2014. 108 f. Dissertação. de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e administração do Porto, Porto,2014.

REZENDE, O; SERPA, C. A. Análise do Desempenho de um Grupo Exportador de Cosméticos sob a Perspectiva Empresarial: um Estudo de Caso do Grupo Minas Beauty. Internext: **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**,[sl] v. 4, n. 1, 2009.

REDEANGOLA, Política
<http://www.redeangola.info/angola-a-caminho-do-grupo-de-paises-de-indice-medio/>
acessado em 04/03/2016.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais, São Paulo, 2013.

ROCHA, A et al.. Relatório económico de Angola 2012, Luanda: CEIC, 2013.

ROCHA, A et al. Relatório económico de Angola 2013, Luanda 2013: CEIC, 2014.

ROCHA, A. J. M. Desigualdades e assimetrias regionais em Angola – Os factores de competitividade territorial, Luanda, 2010.

ROCHA, A. As perspectivas de Crescimento Econômico de Angola até 2020. Centro de Estudos e Investigação Científica, Relatório Científico, Luanda, 2014.

ROCHA, A. J. M. Os Grandes Desafios da Redução do Desemprego em Angola, **Jornal Novo**, Luanda, 2008.

ROCHA, A. J. M. AS Questões Macroeconômicas Essenciais do Modelo Estratégico de Desenvolvimento de Angola, Luanda, 2004.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, A. J. M. A Distribuição do Rendimento como Modelo Alternativo de Crescimento, **Working paper**, Luanda, 2016.

SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado, Ed Garamond, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Another production is possible. Beyond the capitalist canon. London, 2006.

SANTOS, A. S. D. Levantamento sobre as práticas de análise de projectos de investimento de pequenas e médias empresas na Província do Cuanza Norte-Angola, dissertação, Universidade do Minho, Minho, 2015.

SANGO, A. Velhos paradigmas e novas roupagens – Os critérios de justiça em Angola, Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 29-30: 13-32, 2008/2009/2010.

SÀ-SILVA, J. R; DE ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas, **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n- I – Jul, Rio Grande do Sul, 2009.

SCHWENGER, A. M. Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. In: Mercado de Trabalho, 28.09.05. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 25.06.16.

SABIONI, A, R. A co-criação e a inovação em serviços: Um estudo de agências de publicidade, dissertação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. Relatório científico, SEBRAE, Brasília, 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ,<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-um-consorcio-deempresas,ff40438af1c92410VgnVCM10000b2720>, acessado em: 05/12/2015.

SEN, 2012. Desigualdade reexaminada, São Paulo, Record, 2012.

SILVA, Renata; SILVA, Everaldo da. Manual de estágio. Blumenau: ICPG, set. 2006.

SILVA, F. P. M. d. "Proposta de identificação de medidas capazes de facilitar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas em Angola." Dissertação Fundação Getúlio Vargas ,Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Agostinho Sebastião dos. Levantamento sobre as práticas de análise de projetos de investimento de pequenas e médias empresas na Província do Cuanza Norte-Angola,Tese de Doutorado, Universidade de Minho, Minho, 2015.

SOGGE, D. Angola: "Estado fracassado" bem-sucedido, FRIDE, Madrid, 2009.

SCHWINGEL, I; RIZZA, G. Políticas públicas para formalização das empresas: lei geral das micro e pequenas empresas e iniciativas para a desburocratização, IPEA, Rio de Janeiro. 2013.

SOROS, G. Globalization and its Discontents, Norton, New York, 2002.

SOUZA, Nilson Araújo. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SOUZA, A. I. R et al. Guerra Civil e o Desenvolvimento Econômico em Angola, **Revista**

de Economia, v.7, n.2, p. 1-21, jul./dez, Anápolis, 2011.

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTIVEL DE ANGOLA
,://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Explora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o/Paginas/Crude-em-Angola.aspx,
acessado em 25/02/2016.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública, **Revista Administração**, vol.43 n. 2. Mar/April, Rio de Janeiro.2009.

SCHLEMM, M. M. et al. Empreendedorismo no Brasil: 2006. Curitiba: IBQP, 2007.

TONI, L. Análise Estatística da Mortalidade Infanto-juvenil em Angola: causas e associação com indicadores sócio econômico, dissertação, Universidade Aberta, Lisboa, 2010.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

VALÉRIO, N; FONTOURA, M, P, A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese, Lisboa, **Análise Social**, vol. XXIX (129), 1994 (5.º), 1193-1208.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI, Ed Garamond, Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA. Edson Trajano. Industrialização e política de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. Tese, Faculdade de Filosofia e Letras Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo.

VOZ DA AMÉRICA Home,
<http://www.voaportugues.com/content/parlamento-angolano-debate-salario-minimo/2777535.html> acessado em 04/02/2016.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 29, n. 3, 1994.

ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, mar/abr 2007, p. 369-80.

Apêndice A

Roteiro de entrevistas: especialistas

- Qual é a sua opinião sobre a importância das MPEs para a economia de Angola?
- Qual seria, na sua opinião, o papel das micro e pequenas empresas no processo de diversificação da economia?
- O governo criou a lei das micro e pequenas empresas em 2011. Qual foi o impacto desta iniciativa governamental para estas empresas?
- O programa Angola Investe, como principal iniciativa de apoio as micro e pequenas empresas, tem tido sucesso?
- O governo angolano sugere que os resultados esperados do programa Angola Investe não foram integralmente atingidos. Onde estariam as falhas e/ou dificuldades?
- Quais aspectos do programa Angola Investe poderiam ser melhorados?
- A facilidade do crédito, a diminuição da burocracia e a determinação das áreas de atuação atendem, na sua opinião, as necessidades das micro e pequenas empresas?
- Qual tem sido a participação dos micro e pequenos empresários no processo de formulação das políticas de fomento para estas empresas?

Apêndice B

Roteiro de entrevistas: empresários

:

- Conheces quais os programas do governo para as micro e pequenas empresas?
- Houve uma capacitação do governo para gerires o teu negócio?
- Porque decidiu atuar nesse setor da economia?
- Quantos funcionários trabalham na sua empresa?
- O acesso ao crédito tem sido facilitado pelo Angola Investe?
- Os juros desses financiamentos são compatíveis com a capacidade de pagamento da tua empresa?
- Existem barreiras burocráticas e financeiras para o teu negócio crescer?
- A necessidade do auto emprego influenciou para criares o teu próprio negócio?
- O negócio permitiu que aumentasse o consumo da tua família?
- Possuir o teu próprio negócio para ti é mesmo que alcançar um trabalho decente?
- Esse negócio permitiu que tivesses mais tempo livre para lazer?
- O que significou o Angola Investe para o teu negócio?
- Tiveste oportunidade de opinar na formulação do Angola Investe?